



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 21 - Nº 381 - DE 04 A 18 DE OUTUBRO DE 2009 - R\$ 3,00



Assembléia dos Correios-SP



Assembléia dos Bancários-SP



Manifestação dos metalúrgicos-ABC

Lições das greves:

- **Existe disposição de luta dos trabalhadores**
- **As direções dividem e contêm os movimentos**
- **A falta de unidade é um grande obstáculo**

O MST sofre com a repressão e com o recuo das ocupações

Acampamento do MST à beira da estrada



Honduras: derrotar os golpistas e lutar pelo governo operário e camponês

Irã criticado pela usina nuclear: Obama expõe nova cara do intervencionismo militar do imperialismo ianque

60 anos da Revolução Chinesa

Reforma eleitoral do governo Lula

Volta e meia o governo e os parlamentares retomam a famosa reforma política. Oposição e governistas se põem de acordo sobre sua necessidade. Mas logo se desentendem e engaveta-se a idéia. O máximo que se faz é remendar aspectos da legislação eleitoral.

A propaganda de que uma reforma democrática do parlamento aproximaria o Congresso dos anseios da população não vai além de interesses particulares dos partidos e serve ao jogo da disputa interburguesa no interior do Estado. Não há como evitar que o conjunto das instituições – legislativo, executivo e judiciário – esteja em constante atrito em função dos interesses das frações capitalistas e em rígida posição de ataque aos explorados. A realidade econômica assim o exige.

Em momento de crescimento, escondem-se em certa medida o funcionamento da democracia oligárquica, comandada pelos grandes capitalistas nacionais consorciados com o capital imperialista. Não há máscara de democracia popular, participativa e cidadã que acoberte a separação da política burguesa da vida das massas exploradas.

No quadro da crise, como a que explodiu em fins de 2008, o Estado, o governo e o aparato jurídico-parlamentar evidenciam a democracia oligárquica. Todos se põem de acordo que é preciso defender e preservar os interesses gerais da classe capitalista e em particular dos grandes grupos econômicos. Foi o que aconteceu com as medidas de Lula denominadas “anticíclicas”. As multinacionais foram protegidas graças ao aumento da dívida pública, que em última instância os assalariados, camponeses e pequenos comerciantes pagarão.

A burocracia sindical se vale desses momentos para propagandear entre as massas as medidas que o governo e o parlamento deveriam tomar para igualmente proteger a classe operária. Uns levantam a bandeira de Medida Provisória de impedimento das demissões, outros a de um projeto de lei de redução da jornada de trabalho para 40 horas, que há 14 anos tramita no parlamento. Assim, nas bases, correm abaixo-assinados; na cúpula, os burocratas sindicais acionam seus politiqueiros para oxige-

nar sua propaganda pretensamente em favor dos pobres e oprimidos. Os mais afoitos chegam a propor e organizar atos minoritários pela Medida Provisória do emprego. No final, milhares de operários são demitidos, cortam-se salários, as multinacionais recebem bilhões de ajuda do Tesouro nacional. Na esquerda, há ainda aqueles que acham e propagandeiam que, se o Senado corrompido até a medula não serve para nada, a Câmara Federal de deputados é um instrumento que pode servir aos trabalhadores.

A burocracia se vale dessa “democracia” para justificar seus acordos de redução dos salários e de destruição de direitos trabalhistas. A esquerda a utiliza, por meio da bandeira de Medida Provisória, abaixo-assinado, protestos, para fazer oposição a Lula no quadro institucional e como meio de potencializar a via eleitoral, que penosamente percorre sem sucesso há alguns anos. Tem o argumento de que as massas têm de fazer a experiência com a democracia, ao mesmo tempo em que afirma a possibilidade do Congresso atender alguma reivindicação dos explorados.

A burguesia, por meio de seus partidos e da grande imprensa, utiliza da caricatura democrática para manter a burocracia a ela atada e para dar-lhe argumentos na sua tarefa de mentir, ludibriar e enganar os trabalhadores. A esquerda com os radicais abaixo-assinados e um protesto aqui e outro ali em defesa da Medida Provisória serve de pano de fundo da teatralização.

A encenação ocorreu no primeiro semestre deste ano, quando a crise golpeou milhares e milhares de emprego e a burguesia exigiu redução de salário. A burguesia se sente aliviada e mais ainda seu governo, o de Lula. A freada brusca na máquina econômica a fez derrapar para a recessão, mas já no terceiro trimestre reduziu o impacto e se espera com os resultados positivos do quarto trimestre que o PIB não fique negativo no ano. Lula, que avisou com otimismo que no Brasil a crise chegaria como uma “marolinha” respirou fundo e ganhou notoriedade mundial. Gastou 4,5% do PIB para ajudar as multinacionais, os portentosos grupos nacionais que se afundaram com

a jogatina dos derivativos ou que viram seus lucros caírem bruscamente. A “marolinha”, sem dúvida, custou muito caro e uma enorme conta terá de ser paga pelo Tesouro mais adiante.

Lula espera enfrentar as eleições presidenciais numa situação de alta econômica. Esse é o maior trunfo para viabilizar a candidatura da ministra Dilma Rousseff. O nível de desemprego deve ser revertido, sem o qual o assistencialismo do programa Bolsa Família ficará comprometido.

É nesse quadro que governo e oposição resolveram fazer mais um remendo na lei eleitoral, que se denominou “minirreforma”. O objetivo central não foi o de “transparência” e de “regulação” do financiamento de campanha e nem o de inibir o uso do poder por este ou aquele partido para arrastar as massas nas eleições. Mas foi o de permitir o monopólio da comunicação usar a internet como canal de campanha eleitoral.

Aqueles que queriam uma regulamentação distinta do rádio, TV e veículo impresso, de maneira que fosse “mais democrática”, permitindo acesso a todos os candidatos à presidência da República, ficaram para trás. A “minirreforma” continua a favorecer os grandes partidos, que jogam com altos recursos. As “contribuições” às escondidas ficaram garantidas.

A virtude do movimento por “transparência” e “ética”, encabeçado por políticos pouco cotados, advogados, ONGs, etc, está em evidenciar que não há como corrigir a democracia oligárquica. O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), depois de aprovada pela Câmara a mini-reforma, apresentou uma montanha de papel, com 1,3 milhão de assinaturas, reivindicando a proibição de candidatos que tenham condenação em primeira instância ou cuja denúncia de racismo, homicídio, tráfico etc tenha sido aceita por um tribunal. O que tem de ladrão, larápio, inescrupuloso e malfeitor nos partidos, no parlamento e no governo chega a assombrar setores da pequena-burguesia. E, principalmente, servir de motivo para os carreiristas fazerem movimentos demagógicos pela democracia.

Ações como a do MCCE ocultam as

raízes de classe da democracia oligárquica apodrecida. A “iniciativa popular”, prevista na Constituição, usada pelo MCCE vai para a gaveta do presidente da Câmara Federal, Michel Temer.

Rearranjo eleitoral

Lula e o PT imaginaram a polarização Dilma Rousseff e José Serra. O governador de São Paulo (PSDB) foi derrotado na última eleição presidencial, não custaria Lula repetir a façanha com sua apadrinhada, uma vez que seu governo mantém alto índice de aprovação da maioria. Setores burgueses oposicionistas, aglutinados no PSDB e DEM, que têm como porta-voz o jornal O Estado de São Paulo, não puderam abrir um flanco no lulismo. A oposição sistemática não ganhou terreno em razão dos ventos favoráveis da economia, da política de garantia ao grande capital e do controle de seu braço sindical sobre a classe operária. As crises de corrupção não puderam golpear Lula e seus aliados porque a podridão é tamanha que ali ninguém se salva.

De onde vem o problema? Da base aliada. O PMDB liderado por Orestes Quércia, de São Paulo, já decidiu que estará do lado de José Serra. Vingará o fato do PT não ter cumprido acordo de apoiá-lo nas últimas eleições para senador. Com ele, estarão políticos do PMDB, como Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos, que se destacaram como mais oposicionistas do que os oposicionistas.

A ex-petista e ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva deixou o PT e bandeou para o Partido Verde (PV), que tem vivido na sombra do PSDB e do DEM. Nada indica que Marina terá força eleitoral para enfrentar a candidata de Lula ou o do PSDB. Está sendo utilizada como arma em favor de Serra.

O espalhafatoso Ciro Gomes, do PSB, decidiu que disputará a presidência. O PSB é da base governista. Tudo indica que, se confirmar sua candidatura, estreitará a coalizão de Lula.

Esse rearranjo em nada atinge a burguesia. Trata-se de uma disputa no quadro da democracia oligárquica. A classe operária e a pequena burguesia estão à margem da movimentação política dos

partidos da ordem. Logo mais serão paradas para se arrastarem por trás de seus algozes.

As greves de setembro foram controladas, limitadas e pulverizadas pela burocracia. A penetração da política burguesa no meio operário, tendo o sindicato e as Centrais como canais, é ampla. Pressiona o proletariado a conter o instinto de revolta e constrange a ação direta. As massas, sem seus métodos próprios de luta e sem seu partido revolucionário, são usadas como instrumentos da disputa interburguesa. O fato da CUT e Força Sindical se mostrarem capazes de organizar greves salariais controladas e de obter, sem muito esforço de combate à classe capitalista, alguns pontos acima da inflação favorece o campo governista. A crise deste ano não atingiu o lulismo e seus pilares no movimento sindical.

A política revolucionária tem por tarefa combater todas as variantes da política burguesa, denunciá-las e defender o programa proletário. Trata-se de responder com as reivindicações mais sentidas, que unem os explorados, que os coloquem em posição de independência frente à política burguesa e potencializem a luta direta.

PSTU, preocupado com as eleições

Os partidos da burguesia começaram com antecedência a preparação das eleições. Não é o caso do partido revolucionário, que tem as eleições apenas como linha auxiliar de sua tática de ação direta das massas.

O PSTU se reivindica revolucionário. Mas está preocupado com as antecipadas manobras burguesas. Em que sentido? Nas “dificuldades para compor uma frente socialista e classista para as eleições de 2010”. (*Opinião Socialista*, 389) Qual a dificuldade? Não está em Dilma, “que será apresentada pelo governo como nacionalista”. Mas sim em Marina Silva. Diz “Opinião Socialista, no artigo “É hora de dar um passo à frente e não vinte para trás”: “(...) É possível que um falso ‘terceiro campo’ se imponha com Marina Silva”.

Qual é o temor do PSTU? Eis: “O apoio a Marina seria um erro ainda mais

grave, com conseqüências muito sérias para o próprio PSOL”. Depois de muita volta no artigo, o redator chega ao ponto: “É hora de dar um passo à frente com uma alternativa socialista e classista para as eleições de 2010. E não vinte passos atrás, capitulando a Marina Silva”.

O PSTU pretende e necessita repetir a frente eleitoral com o PSOL, com Heloisa Helena para presidência e José Maria para vice. Mas Heloisa Helena está a procura de restabelecer sua carreira política. Pretende voltar ao Senado, por Alagoas. O recém Congresso do PSOL expressou por maioria a vontade de Heloisa Helena ser a candidata a presidente. Mas esta rejeitou e a decisão ficou para outra oportunidade. Para o PSTU, foi um sinal da possibilidade do PSOL se unir a uma frente em torno de Marina Silva.

Pode-se entender o artigo como uma artimanha dos morenistas para ganhar militância do PSOL, um partido sem consistência ideológica e fortemente marcado pelo oportunismo pequeno-burguês. Mas há, de fato, um problema para o PSTU, que busca se potenciar por meio de acordos eleitorais, sob a sigla de frente socialista, frente de esquerda etc.

A experiência da frente PSOL/PSTU, com Heloisa Helena para a presidência, mostrou que não teve nada de socialista e classista. Tratou-se de uma frente de esquerda pequeno-burguesa, com o PSOL impondo sua política social-democrática, o que permitiu certas candidaturas receberem dinheiro de capitalistas.

A frente socialista do PSTU é dirigida a partidos que possam trazer votos, no caso o PSOL e de quebra o PCB. Não se trata de uma convocação às correntes que estejam dispostas a utilizar as eleições como um meio para defender junto aos explorados o programa de destruição do capitalismo e, portanto, da revolução proletária.

Caso o PSOL corra atrás da candidata Marina Silva, os morenistas terão sua frente limitada ao PCB e perderão votos. Isso se os estalinistas históricos também não se enfileirarem à porta da rainha ecológica. Tudo não passa de cálculo eleitoral. O timbre socialista, classista e de esquerda serve à ocasião.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Greves indicam contradição entre disposição de luta e bloqueio das direções

As greves metalúrgicas, dos correios, bancários têm mostrado uma grande disposição de luta dos trabalhadores, em muitos casos superando o bloqueio das direções sindicais, na sua maioria governistas. Mas esses movimentos, que se impuseram apesar de todas as forças que jogaram contra, acabaram padecendo da falta de unificação e centralização das lutas, que poderia dar-lhes forças para avançar. O isolamento e divisão permitiram que as direções, o governo e a patronal manobrassem para enfraquecer os movimentos. Têm responsabilidade maior no bloqueio das lutas as direções das centrais governistas, CUT, CTB e Força Sindical.



Greve metalúrgica no Paraná

Greves metalúrgicas: fracassa a política da direção da CUT

Os burocratas do sindicato metalúrgico do ABC tentaram alcançar um acordo com a patronal, para evitar a luta. Inicialmente, usaram da velha tática da divisão da classe em montadoras e autopeças. Negociaram com as montadoras um reajuste de 6,53%, mais uma participação nos lucros, de R\$ 1.500,00. Esperavam que o restante da classe seguisse esse índice, que deveria ser tomado como referência, inclusive para outras bases. Mas não foi isso que aconteceu.

Os sindicatos ligados à Força Sindical e Conlutas conseguiram, com greves por fábrica, acordos entre 8% e 10%, com PLR de quase 2 mil reais, em São Caetano, São José dos Campos e Paraná. Em Campinas, o sindicato, ligado à Intersindical, também dirigiu greves por fábrica que alcançaram 10% de reajuste.

Tudo isso fez com que os metalúrgicos do ABC voltassem atrás e partissem para a greve, colocando abaixo os planos da direção lulista. A tendência de luta se impôs ao bloqueio das direções,



mas apenas momentaneamente. A falta de unidade com os demais setores e de centralização ao redor de uma pauta de reivindicações comum levou à possibilidade da manobra da direção burocrática, que não projetou as reais necessidades dos trabalhadores, mas fixou como objetivo um índice aceitável que leve ao fim da luta.

Greve nos Correios – direção aterroriza base para enterrar a luta

A greve nacional dos Correios paralisou a entrega de correspondências no país por pelo menos 9 dias (dependendo do Estado). A reivindicação salarial de mais de 41%, acordo anual e abono de R\$ 300,00 levou à radicalização do movimento. O governo ofereceu uma miséria de 9% para dois anos, o que nem dá para cobrir a inflação, mais um abono de R\$ 100,00 a partir de janeiro de 2010.

Durante a greve, Lula se encarregou de assumir o ataque ao movimento. Desqualificou as lideranças que insistiam na greve, rechaçou as reivindicações, chantageou com o pagamento dos salários e descontos de dias parados e ameaçou com os ditames do Tribunal, que impunham funcionamento parcial e pesadas multas. As direções da CUT e CTB passaram a usar as decisões dos tribunais e as ameaças de Lula para aterrorizar os trabalhadores e fazê-los aceitar o acordo miserável.

Em São Paulo, peça principal no movimento nacional pelo volume de trabalho, número de trabalhadores e importância econômica, o sindicato, dirigido

pelo PCdoB (CTB), botou um advogado na tribuna para ameaçar os trabalhadores, no que foi seguido pela direção sindical, que prometeu inclusive o não desconto dos dias parados (que não estava na proposta do governo). Ainda assim, a assembléia se mostrou dividida, com maioria para a continuidade da greve. Os pelegos não vacilaram em determinar autoritariamente o fim do movimento e fugir. Alguns ainda apanharam dos trabalhadores.

O forte movimento dos trabalhadores dos Correios foi quebrado pela direção governista.



Greve dos bancários

A proposta patronal de reposição da inflação do ano (4,5%) foi rejeitada em todo o país. A categoria reivindica reajuste de 10% nos salários, PLR de três salários, mais um abono de R\$ 3.850.

Em alguns estados, a greve começou minoritária, mas logo foi crescendo. A cada dia, mais agências eram fechadas com piquetes. Os interditos proibitórios, conseguidos por alguns bancos, não impediram que a mobilização aumentasse em geral. Mas ainda é preciso ganhar força para derrotar as medidas repressivas patronais, através do aumento da mobilização e da radicalização dos métodos de luta.

Nas negociações, os banqueiros ainda não mostraram disposição de ceder. A intransigência patronal é respondida com mais agências fechadas e assembleias em mais locais e maiores.

A direção cutista procurou limitar o movimento impondo bandeiras reduzidas, que não repõem as perdas e que poderiam se aproximar das propostas patronais. Mesmo assim, não conseguiu evitar a revolta dos bancários, que ex-

pressam em sua greve bem mais que os 10% de reajuste: mostram profunda insatisfação com as péssimas condições de trabalho e a repressão.

O papel das direções

As últimas greves, que se seguiram a várias dos operários da construção civil pelo país, e de uma onda de greves do funcionalismo, mostram disposição de luta. Mas essa disposição foi contida. Desta vez, as direções sindicais não conseguiram impor os acordos malditos de costume, calando os trabalhadores e abraçando os patrões e governo. Mas conseguiram impor a divisão das negociações por setor e por fábrica, as greves por unidade, sem unificação e centralização, e o isolamento das lutas que

ocorreram. A direção da CUT fracassou em sua política de criar um parâmetro para os demais setores a partir das montadoras do ABC. A Força Sindical agiu de forma semelhante: desconsiderou o acordo e chamou greves por fábrica, em que se conseguiram reajustes superiores. A Conlutas se mostrou incapaz de uma campanha pela unificação grevista e assim se diferenciou das demais direções.

Os acontecimentos também mostraram como a falta de unidade da classe prejudica o movimento. A divisão das organizações dos trabalhadores em várias centrais ajudou as diferentes burocracias sindicais a manobrar de acordo com seus interesses mais imediatos, desprezando a possibilidade de luta unificada.

Os trabalhadores em luta poderiam ter avançado sobre a base de uma pauta unificada e da unificação de suas lutas. Essas greves poderiam ganhar o apoio e a adesão de outros setores em campanha salarial. Poderíamos alcançar uma greve geral parcial, com muito mais forças para impor as reivindicações aos patrões e governo.

Faltou uma direção política fundamentada num programa proletário de luta de classes. Prevaleceram os critérios e políticas das diversas frações burocráticas. Prova de que é preciso construir novas direções, varrer com as burocracias e alcançar a unidade na luta de classes. Esse é o papel do partido revolucionário.

Greves Operárias no Vale do Paraíba

O mês de setembro marca a data-base da boa parte dos metalúrgicos da região do Vale do Paraíba, em São Paulo. Como em outras regiões do país, esse ano houve uma escalada de greves e paralisações como há muito não se via. A maior parte desses trabalhadores é representada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, dirigido pelo PSTU e filiado à Conlutas, embora haja, em Taubaté, um Sindicato Metalúrgico, dirigido pelos petistas da CUT.

Milhares de metalúrgicos cruzam os braços

O movimento iniciou-se com as paralisações da GM, que reúne mais de 8000 operários. Houve 4 paralisações entre os dias 10 e 18 de setembro, quando, no dia 21, foi aprovada em assembleia o reajuste proposto pela patronal de 8,3%, abono de R\$ 1.950, reintegração de dois diretores demitidos durante a Campanha e pagamento de 50% dos dias parados. As negociações foram intermediadas pelo Tribunal Regional do Trabalho. Inicialmente, o sindicato defendia o reajuste de 14,65%, sendo 8,53% de aumento real, seguindo a mesma posição dos sindicatos de Campinas e Limeira, dirigidos pela Intersindical.

Por se tratar de uma das maiores fábricas do Vale, teve um impacto em toda a região. Os operários da Volkswagen e Ford de Taubaté entraram em greve dia 23, com o objetivo de retomarem a mesa de negociação, fechada em 12 de setembro num acordo a portas fechadas (sem assembleias de fábrica) entre o sindicato cutista e a patronal, e para alcançarem um aumento semelhante ao de São José dos Campos. A greve dos metalúrgicos de Taubaté foi até dia 25, quando se conseguiu a reabertura das negociações. As duas fábricas juntas reúnem mais de 6000 operários.

Em seguida, no setor de autopeças, a TI Automotive viu seus 730 trabalhadores cruzarem os braços por duas horas no dia 21 e realizarem uma greve entre os dias 25 e 28, pela reposição de 10% de aumento, conquistado nas mesas de negociação.

No dia 29, entraram em greve por 24 horas os metalúrgicos da Lupatech Mipel, de Jacareí, seguindo as reivindicações do sindicato de São José.

Em Santa Branca, os metalúrgicos da Wirex Cable conseguiram a aprovação da pauta de reivindicações e retornaram ao trabalho no dia 01 de outubro. A empresa pretende aumentar a proposta de PLR (R\$ 1550,00 em duas parcelas) e diminuir em 30 minutos a jornada de trabalho sem redução de salário.

No setor aeronáutico, as negociações apenas começaram. Desde



o dia 25/09, os operários da Sobraer, da Sopeçaero e da Pesola, que fabricam autopeças para a Embraer, permanecem de greve. As reivindicações nessas fábricas seguem a do setor, com a exigência a mais de que a data-base seja antecipada para setembro e não novembro, como quer a patronal.

A Embraer mostra-se mais intransigente ao sugerir o pagamento de apenas R\$ 235 mais 0,10% sobre o salário base de PLR e 4,44% de reposição salarial, o que já levou à paralisação em duas horas, no dia 1º de outubro. Como em toda região, são reivindicados 14,65% de reajuste.

O papel das direções

Vimos desde o início desse ano a movimentação dos trabalhadores para impedir as demissões e garantir os direitos já conquistados. Dirigidos pelos pelegos da Força Sindical e os governistas da CUT, foram feitos acordos de “estabilidade” que permitiram o corte de vagas e diminuição do salário. Os operários da região do Vale do Paraíba, em particular, de São José dos Campos foram duramente

atingidos pelas demissões na Embraer e na GM. O diferencial é que o Sindicato dirigido pela Conlutas não assinou nenhum acordo para retirar direitos. No entanto, sua posição não foi suficiente para barrar o ataque patronal.

Nesse segundo semestre, com a ajuda do governo federal, as montadoras tiveram um reaquecimento de seus negócios, a exploração tornou-se mais evidente e os metalúrgicos voltaram à baila, exigindo reajuste salarial. Seguiram suas direções, mais uma vez. Entretanto, não sem choques.

Na região, Taubaté é um bom exemplo de como a luta mais avançada em um local favorece à movimentação em outro. Os operários da Volks e Ford, dirigidos pela CUT, já haviam aceito o acordo rebaixado feito pelo sindicato e pela patronal. Com o resultado conquistado na fábrica da GM em SJC, eles voltaram a exigir a negociação, passando por cima de sua direção pelega. A pequena greve teve como mérito mostrar esse choque entre a base e os cutistas.

Em toda SJC e cidades vizinhas, o Sindicato dos Metalúrgicos pautou-se pelas paralisações por fábrica e por tempo determinado. A radicalidade de uma ou outra fábrica, como na TI Automotive, não se estendeu a todas as fábricas da região, o que demonstra a fragmentação com que ocorrem as campanhas salariais. Para os patrões, é excelente que ocorram negociações divididas: joga-se para um mês o setor das montadoras, para o outro das autopeças, para um terceiro o

de eletrodomésticos etc. As paralisações no setor aeronáutico, embora ocorram sob o impacto dos resultados conquistados, também são limitados por eles. Desse modo, inicia-se a Campanha no setor sabendo que nenhuma fábrica alcançou os 14,65% exigidos pelo sindicato; os capitalistas, que atuam de forma unitária, jogarão com isso.

A Conlutas, da qual faz parte o Sindicato de São José, soltou, em 16/09, um panfleto para os trabalhadores das fábricas do Paraná em greve, dirigidos pela Força Sindical, chamando a unidade grevista. Apesar de correta a posição, em sua própria base, ainda não conseguiu alcançar a unidade na luta. As paralisações, as greves e a negociações não incidem sobre todos os operários representados, mas ocorrem por setores e até por fábricas isoladas. A possibilidade de impor às Centrais pelegas a unidade grevista só pode se dar pela experiência. Os operários das outras regiões atenderão ao chamado unitário quando perceberem a sua força. Isso, independente dos fatores que o explicam, mostra a debilidade organizativa da Conlutas e de seu principal sindicato operário paulista, o Sindicato de São José.

O fato é que o ascenso operário tende a se intensificar, pois os trabalhadores resistem à investida da burguesia e sabem o que sofreram no último período com a crise econômica. É preciso organizar e fortalecer as frações revolucionárias que dirigirão os trabalhadores para a defesa do emprego e do salário.

Greve dos bancários

Reajuste, só com greve!

Após meses enrolando, os banqueiros oferecem migalhas aos seus trabalhadores. Os bancários responderam a essas provocações do patronato com o crescimento diário da greve nacional, mesmo diante de todas as pressões. Os bancários lançaram mão do método da ação direta (piquetes, manifestações e etc.), para lutar pelo reajuste integral e somente dessa forma poderá ser conquistado!

Serviçais dos banqueiros: a justiça e a polícia!

Diante do crescimento da greve, os patrões invocaram o auxílio dos seus serviçais: a justiça e a polícia. Em Curitiba, os bancos, liderados pelo Itaú, chamaram a polícia para abrir as agências. O banco Itaú tinha um interdito proibitório (lei anti-greve) para Curitiba e Região Metropolitana, mas essa liminar foi derrubada no dia 29/09.

Mesmo com essa derrota momentânea na Justiça, o banco convocou no primeiro dia do mês de outubro a polícia em todas as suas agências. Ao chamar a polícia não diziam que era por causa da greve, somente quando os policiais chegavam nas agências é que percebiam que tinham sido convocados devido aos piquetes em frente às agências. Neste momento, a viatura policial chamava o oficial responsável por aquela região da cidade e esse oficial dizia aos gerentes que já sabia que a liminar já tinha sido cassada e não poderia fazer nada naquele momento. E que por determinação do comando geral só seria acionada para esse tipo de ocorrência pelo oficial de justiça. Alguns gerentes ficaram desesperados, pois tinham de apresentar os números dos boletins de ocorrência para a central do banco, que coordenou essa ação nacionalmente. Para atender os gerentes, a polícia fez os boletins de ocorrências e estes re-



Assembléia bancária em Curitiba

passavam os números dos boletins para o banco.

O interdito proibitório na Caixa: a direção da empresa tenta intimidar os trabalhadores!

Ações repressivas contra os bancários surgem em todas as frentes. A direção da Caixa, a exemplo dos bancos privados, conseguiu na justiça um interdito proibitório em todo o país para suas agências e para os centros administrativos, e maneja esse instrumento com habilidade para tentar quebrar a greve. A direção da Caixa mandou todos seus gerentes para os centros administrativos para que eles tentassem entrar nos prédios e dessem a ordem para os gerentes das agências fazerem o mesmo. Como os piquetes permaneceram nesses centros administrativos, os gerentes, para furar a greve, iriam ter enfrentamento. Ao comunicar a matriz, a direção da Caixa acionou o oficial de justiça, que, como prevê o interdito, tem de

percorrer as agências e os centros administrativos, para verificar se as portas estão abertas como prevê a decisão judicial e que não está ocorrendo o “constrangimento” sobre aqueles funcionários que querem furar a greve. Caso o oficial de justiça encontre alguma irregularidade e haja resistência na abertura das unidades, podem chamar a polícia federal.

O objetivo desse instrumento anti-greve é intimidar os funcionários da Caixa, que nas últimas greves têm sido a vanguarda do movimento grevista nacional.

Os interditos devem ser derrotados pelos piquetes!

É preciso intensificar as mobilizações com a bandeira de unidade nacional grevista e pelo direito irrestrito de greve (abaixo os interditos proibitórios e as multas). As manifestações e piquetes permitem transformar o descontentamento em coesão coletiva dos trabalhadores contra os exploradores. Não podemos deixar que os instrumentos anti-greve sejam utilizados pelos banqueiros e muito menos por membros do movimento para dissuadir a nossa mobilização.

Somente a pressão social da nossa greve nacional pode defender de fato o direito dos bancários de fazerem greve e dar uma basta às perseguições políticas praticadas pelos banqueiros e pelas direções dos bancos públicos (Caixa e Banco do Brasil). Sem mobilização, abre-se espaço para a intensificação da repressão contra os funcionários dos bancos, que estão lutando pelo reajuste salarial e pela melhoria nas condições de trabalho. Não se trata de uma questão meramente jurídica (de ter bons advogados cuidando do caso), e sim de ampliar a pressão social sobre o patronato e os seus representantes.

Para analisar qualquer proposta dos banqueiros, temos de avaliar o tamanho das nossas perdas!

Na tabela 1, temos os índices de reajustes salariais alcançados pelos bancários nos últimos anos. Ao analisar os dados, podemos constatar que o índice de reajuste de 10% para os bancários que ganhavam até R\$ 2.500,00 ou 8,15% para os bancários que ganhavam acima deste valor, da campanha salarial de 2008, deixaram a categoria ainda no prejuízo (ganho real NEGATIVO de 2,30 ou 0,45). Portanto, os funcionários dos bancos continuam perdendo para o aumento dos preços registrados pela estatística oficial no período de 2000 a 2008.

ANO	INPC	ÍNDICE DE REAJUSTE	GANHO REAL
2000	5,27%	7,20%	1,93%
2001	9,44%	5,50%	-3,94%
2002	14,74%	7,00%	-7,74%
2003	10,38%	12,60%	2,22%
2004	6,13%	7,20%	1,07%
2005	5,05%	6,00%	0,95%
2006	2,81%	3,50%	0,69%
2007	5,15%	6,00%	0,85%
2008	6,48%	8,15%	1,67%
			-2,30%
2008	6,48%	10%	3,52%
			-0,45%

Tabela 1 - Comparação entre o INPC e o reajuste salarial dos bancários



Greve bancária em Natal/RN

O prejuízo real no bolso de cada bancário é maior do que o exposto na tabela, levando em consideração que o índice nacional de preços ao consumidor (INPC) utilizado pelos banqueiros e pelo governo para balizar o reajuste salarial não reflete a realidade do país. Haja vista que todos os dias as nossas condições de vida são aviltadas pelo aumento de preços superiores àqueles apontados pela estatística oficial.

Quando fomos analisar qualquer proposta da Fenaban, temos de ter claro na memória o tamanho das perdas e não agir como a maioria das direções sindicais que simplesmente esquecem deliberadamente as dimensões das perdas dos bancários. Além disso, os prejuízos sofridos pelos trabalhadores dos bancos públicos, durante os oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), não são considerados nem apresentados às diretorias desses bancos.

Por que essas direções sindicais apagaram das suas memórias e da pauta de reivindicações os prejuízos sofridos pelos bancários na era FHC? Porque estão atreladas ao governo Lula/PT, que aplica a mesma política econômica do governo FHC. Essa política, determinada pelo capital financeiro e multinacional, só assegura calamidades aos trabalhadores! Para demonstrar isso, é só lembrar qual foi atitude do governo Lula/PT diante da greve nacional dos bancários em 2008: sair em socorro aos bancos, auxiliar os exportadores e minimizar a alta do dólar. Portanto, o governo federal protegeu os especuladores e não deu nenhuma importância às reivindicações dos bancários!



Assembléia bancária em Fortaleza

Temos de manter a unidade nacional do movimento grevista!

A realização de longas reuniões que não decidem nada e adiamento do início dessas negociações demonstram que a “reabertura de negociação” não passa de uma estratégia dos banqueiros para esconder suas intransigências em relação ao movimento grevista. Objetiva arrefecer os ânimos e desarmar o movimento. Serve para criar falsas expectativas no movimento de que o atendimento das reivindicações poderá vir da boa vontade da cúpula dos banqueiros e do governo.

A história já mostrou que direitos e conquistas só foram possíveis com luta, com greve e, neste momento, a nossa vitória pode estar muito próxima. Basta ampliar as ações diretas, massivas e radicalizadas e contar com o apoio e solidariedade dos demais trabalhadores.

- Pelo atendimento total das reivindicações!
- Fim da Repressão policial
- Fim da lei anti-greve
- Direito irrestrito dos trabalhadores defenderem as reivindicações por meio da greve

Ruralistas ampliam a guerra contra o MST

Há algum tempo, o MST vem pressionando o governo por mudanças nos cálculos dos índices de produtividade da terra. Os atuais índices têm como base o censo agropecuário de 1975, época da ditadura militar. Pelo sistema vigente, os níveis são baixos, considerando que latifúndios sem nada produzir sejam tidos, para efeito de desapropriação, como “produtivos”. Lula havia prometido ao movimento sem-terra, acampados em Brasília no mês de agosto, que faria a revisão em 15 dias. Como também havia prometido em 2005, quando a marcha de 15 mil sem-terra chegou a Brasília. Até hoje, continua o impasse devido a pressão dos ruralistas. Sendo atualizados os índices, o proprietário rural terá de produzir mais para impedir que sua fazenda seja desapropriada.

Para o MST, o governo Lula tem condições de fazer a revisão dos índices. Isso porque não depende de votação no Congresso Nacional. A revisão já está prevista na Constituição de 1988 e na lei que a regulamentou de 1993. Lula precisa solicitar do Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário uma portaria com os novos índices e uma reunião do Conselho Nacional de Política Agrícola para referendá-los. O que parece como uma falta de vontade política de Lula, na verdade, tem por trás o peso da oligarquização do Estado. Mesmo diante dessas evidências, o MST mantém a ilusão de que o governo de Lula é um governo “em disputa” entre a direita e a esquerda.

O MST depende dessa alteração para que centenas de famílias, que vivem nas lonas, possam ser assentadas em áreas do Sul, Sudeste e Sul. Seguindo a orientação de se obter assentamentos por meio da desapropriação com indenização dos latifundiários, o MST necessita da justificativa legal para realizar ocupações e exigir do governo a solução.

O Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes/PMDB, força seu partido a votar contra essa revisão. O PMDB é um partido com base na oligarquia rural e uma mudança, mesmo que pequena, contrariaria os interesses dos latifundiários.

O Ministro do PT, que procura intermediar as decisões do movimento camponês com a política do governo, Luiz Dulci, afirma que Lula não mudou de posição e o que falta é definir a forma como será feita a revisão da produtividade. Certamente, o governo manobra com o MST, colocando a revisão do índice nas mãos dos partidos contrários.

O Ministério da Agricultura e o do Desenvolvimento Agrário, dirigidos por Stephanes e Cassel, tem o resultado do estudo para as alterações constitucionais. Por meio dele, pouco ou quase nada se modificaria nos municípios em que se produz soja, milho, cana-de-açúcar e laranja. Portanto, não mexeria com os exportadores. Ainda assim, os ruralistas questionaram e fizeram aprovar um outro projeto de revisão dos índices no Congresso Nacional.

Parlamentares jogam com a CPMI

A bancada ruralista, tendo à frente um dos fundadores da UDR-Ronaldo Caiado e a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária, senadora Kátia Abreu-DEM, na tentativa de calar o MST, aprovou a proposta de CPMI para investigar os repasses de dinheiro do orçamento do Estado e as contribuições vindas do exterior para o Movimento dos Sem-Terra.



Denúncias divulgadas pela Revista Veja apontam que 4 entidades ligadas ao MST, Associação Nacional de Cooperação Agrícola-Anca, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil-Concrab, o Centro de Formação e Pesquisas Contestado-Cepatec e o Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo-Itac, teriam recebido 20 milhões em doações do exterior entre 2003-2007. Depois das ameaças, os parlamentares ruralistas retiraram a proposta de CPMI.

A Polícia Federal investiga o Instituto de Orientação Comunitária e Assistência Rural (Inocar), que recebeu 5 milhões do governo Lula para fazer o georreferenciamento de imóveis rurais na região de Itapeva-SP. O repasse de dinheiro público para organizações não-governamentais e empresas vinculadas ao MST fazem parte do Inquérito aberto pela PF.

Os latifundiários e seus parlamentares usam tais denúncias para acuar o governo Lula e impedir a alteração nos índices de produtividade. O MST, com toda razão, mostra que os latifundiários recebem bilhões dos cofres públicos e não pagam suas bilionárias dívidas, que de tempo em tempo são prorrogadas ou parte anistiada. O problema está na importância do movimento camponês depender de verbas governamentais e financiamentos externos, que certamente comprometem sua independência política.

Igreja, intelectuais e MST denunciam os ruralistas

O MST, a Comissão Pastoral da Terra, o teórico da teoria da Libertação, Leonardo Boff, intelectuais e alguns juristas coletaram assinaturas contra a CPMI dos latifundiários e em favor da revisão, encaminhando-as ao Congresso. O documento denuncia “o ódio dos ruralistas...habituaados ao acesso exclusivo aos créditos, subsídios e ao perdão periódico de suas dívidas” e conclui que “não toleram que os movimentos sociais disputem verbas do orçamento para tornar viável as atividades econômicas dos assentados”.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) lançou uma nota defendendo a atualização dos índices de produtividade, dizendo que se trata de “justiça social” e os contrários são os que defendem os “latifúndios improdutivos”. Os latifundiários reagiram, respondendo que a alteração golpeia o agronegócio.

A luta contra a criminalização do MST deve se dar por todos os meios. Mas o fundamental está em potencializar sua capacidade de mobilização e de aproximação com o proletariado.

Medida Provisória requeitou a grilagem

Lula aprovou a MP-458 para regulamentar terras públicas na Amazônia. Em pouco tempo, 67 milhões de hectares de terra na Amazônia foram transferidas para os grileiros. Os posseiros não poderão cumprir as exigências da MP e logo entregarão sua posse para os latifundiários.

A medida legaliza a grilagem e amplia a devastação da floresta. Parlamentares ambientalistas do PSBD e DEM votaram em favor da MP. A entrega de milhões de hectares aos capitalistas agrários mostra o quanto Lula é amigo dos opressores e inimigo dos oprimidos.

Aumentam a criminalização, as perseguições e assassinatos

O movimento camponês tem sido golpeado pela leis do Estado, que protegem a propriedade privada da terra; pela Justiça, que condena as lideranças da ocupações; pela milícia dos latifundiários, que assassina os lutadores.

O assassinato do militante Elton Brum da Silva, atingido pelas costas pela Brigada Militar, no momento da reintegração da fazenda Southal, em agosto, no Rio Grande do Sul se soma aos milhares de camponeses assassinados pelos jagunços e pelos órgãos de repressão do Estado.

Chama atenção o relatório divulgado pela CPT, em setembro, que aponta a queda do número de conflitos e aumento da violência no campo. Os dados indicam que de janeiro a junho foram assassinados 12, que ocorreram 44 tentativas de assassinato e 22 ameaças de morte de lideranças de camponeses sem-terra. O relatório diz ainda que as ocupações caíram de 187, em 2008, para 102, em 2009.

Por que caíram as ocupações? Alguns justificam que o Bolsa-Família contribuiu para o esvaziamento dos acampamentos.

Membros do governo dizem que o fato se deve a maior atenção dada às reivindicações dos sem-terra. Entre os sem-terra, há aqueles que falam que a queda se dá em função do descaso do governo Lula com as reivindicações.

Ocorre que o estreitamento da solução do problema agrário por meio do Estado e da disposição governamental vêm colocando o MST em um impasse. Não é possível manter a ilusão dos pobres do campo de que a reforma agrária será produto de acampamentos, ocupações, seguidas de desocupações e de que ação governamental sob pressão avançará no sentido de atendimento das exigências. Há uma margem em que os capitalistas, por força das circunstâncias, admitem a existência do movimento disciplinado dos camponeses e aceitam que o seu governo possa manobrar frente à luta de classe no campo. Essa margem tem demarcado o terreno de ação dos sem-terra, que não conseguem rompê-la. O governo Lula conseguiu ludibriar as massas camponesas e controlar o movimento operário por meio da burocracia sindical. A aproximação da luta camponesa com a luta proletária é decisiva para quebrar os limites impostos à luta de classe no campo. A retração do MST se deve a essas condições políticas.

Romper o impasse

A questão da terra, como todas as tarefas democráticas pendentes no país semicolonial, só poderá ser resolvida se o movimento camponês der um passo à frente, rompendo com as amarras do governo Lula e com o programa de reforma agrária por meio da política estatal dos assentamentos. Daí a necessidade da aliança operário-camponesa e a defesa do programa proletário de transformação da propriedade privada dos meios de produção em coletiva.

Viva a luta dos moradores da Portelinha (Capão Redondo)!

Portelinha é, como foi batizada popularmente, a comunidade que sofreu a furiosa repressão policial do dia 24 de agosto, a qual ganhou destaque na imprensa. Situa-se no bairro Capão Redondo, periferia da cidade de São Paulo. Havia até outro nome, que lhe dava certa referência de luta: era o acampamento Olga Benário. Olga foi companheira de Luís Carlos Prestes, um importante líder do Partido Comunista Brasileiro no século XX. Como militante política aqui no Brasil, foi presa pela polícia de Getúlio Vargas e enviada para a morte nos campos de concentração nazistas. Olga era judia. A história da Portelinha, embora em nada tenha a ver com esse relato, se assemelha pelo fim trágico. Por mais irônico que possa parecer, o carrasco da

comunidade foi o chamado Estado de direito, que se passa por democrático, o qual se apresenta estar em oposição à tirania.

Qual era a acusação que recaía sobre os moradores? São miseráveis e não tinham onde morar, esse foi o crime que cometeram – do ponto de vista da Justiça capitalista. Esta expediu o mandato de reintegração de posse que fundamentou a ação bárbara da PM. O terreno onde estava assentada a favela é de propriedade da Viação Campo Limpo. Havia 20 anos, aproximadamente, que o espaço estava abandonado. Quando passou a ser do interesse da empresa de ônibus ocupar o local, a vida das pessoas que ali habitavam simplesmente foi ignorada. A Prefeitura disse que nada podia

fazer. O discurso demagógico de defesa do cidadão e da integridade física dos indivíduos foi por água a baixo. A população passou a ser tratada como entulho e foi convenientemente enxotada. Suas memórias, seus laços de identidade com o local e, fundamentalmente, seu direito democrático à moradia foram desintegrados pela força das bombas e balas de borracha.

A região é reconhecida pela situação de pobreza extrema. Os que moram por lá geralmente têm de trabalhar em outras regiões, pois lá quase não se encontra emprego. Ou seja, trata-se de uma população que necessita do transporte público. Paga-se caríssimo pela condução em São Paulo, vivemos amontoados em ônibus que geralmente demoram a

passar. A raiz do problema se encontra na necessidade de lucro das empresas que exploram o setor e necessitam maximizar seus rendimentos cortando gastos, diminuindo custos. Uma dessas empresas é a Viação Campo Limpo. O transporte público, que deveria ser tratado como um direito, fica submetido ao interesse dos empresários. A pressão desses grupos sobre o Estado leva, portanto, a esmagar cotidianamente o direito de locomoção de todos nós. No caso da Portelinha, o direito a dar um teto àquelas famílias também acabou sendo destroçado pela fúria capitalista.

Para todos que sofreram com a repressão, no entanto, pouco existiu de novidade com as bombas de gás lançadas contra mulheres grávidas e crianças. A

população da periferia dos grandes centros urbanos geralmente já se encontra acostumada, desde muito cedo, a odiar a polícia, embora muitos ainda alimentem ilusões quanto ao papel que a instituição deve cumprir. Basta olharmos para outro caso, mais recente ainda, de Heliópolis. Já temos a confirmação de que a bala que matou a menina inocente nesta comunidade veio da arma de um policial. Nas favelas cariocas, além da violência cotidiana da polícia, temos um símbolo da opressão do Estado que é o Caveirão. Por todo o país a história se repete.

A ausência do partido revolucionário enraizado nas massas leva, porém, à dispersão dessa insatisfação. Falta uma direção política que mostre as raízes de toda a exploração e opressão. Que apon-

te os métodos de luta correspondentes à tarefa de sepultar o regime de exploração do trabalho, o capitalismo. É no capitalismo que devemos buscar a origem da barbárie que mutila a classe operária e demais oprimidos, especialmente os negros, que suportam ainda todo o peso do racismo da classe dominante e do braço armado do Estado, a polícia. Porém, a ação coletiva de resistência por parte da comunidade se restringiu ao dia da repressão. Nos dias subsequentes, o máximo que se conseguiu realizar foram algumas passeatas, que não ganharam projeção para o conjunto da sociedade, e uma luta improvisada ao redor das questões imediatas, como a comida, no que obtiveram apoio solidário dos moradores do bairro.

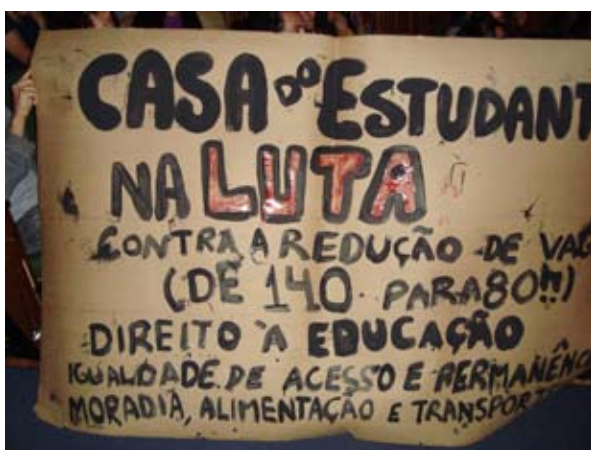
Londrina-PR

A brutal repressão orquestrada pela reitoria não quebrará a resistência

Mais uma vez o reitor da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Wilmar Marçal, criminaliza e reprime os estudantes. O alvo da vez foram os moradores da Casa do Estudante da UEL (CEUEL) do Centro, que ocupam o prédio desde maio. Para cumprir a ordem do reitor de cortar o fornecimento de água e energia elétrica, foram usados uma retro-escavadeira e o Batalhão de Choque da Polícia Militar. Como saldo: 5 estudantes presos, vítimas de agressões, torturas e processos.

Há quatro meses a reitoria tenta quebrar a resistência estudantil, com processos judiciais, tentativas e ameaças de invasão policial. Mas a justeza da causa defendida é a maior fortaleza do movimento. A reitoria, com a inauguração da Casa do Campus, amputou 60 vagas. Eram prometidas 140, das quais só foram entregues 80. Contra esta medida e em defesa do direito à educação, os estudantes defendem que o Estado garanta moradia, alimentação e transporte (Passe Livre). No interior do movimento, foram rechaçadas as saídas assistencialistas, a exploração em forma de caridade das bolsas-trabalho e as soluções individuais. Prevaleceu também a defesa da ação direta.

O maior desafio é ganhar os estudantes do campus, mostrando que esta é uma luta política, geral, em defesa da Educação e das condições de vida da juventude. A repressão policial do dia 29 de setembro foi brutal, arrastamentos, socos, chutes, pontapés e gravatas ocorreram na rua, sob as lentes cúmplices da imprensa local e se intensificaram na cadeia e até mesmo no hospital para o qual um estudante foi levado. Persiste na pauta o fim dos processos e a exigência de que o reitor pare de tratar



este movimento político como caso de polícia.

A reitoria tenta desqualificar o movimento, além das acusações clássicas da direita (baderneiros), fabrica a versão de que os que resistem não são estudantes. Tentam ocultar que o processo seletivo para a nova casa foi viciado, eliminou justamente aqueles que atuam no movimento estudantil, configurando perseguição política.

Esta é mais uma demonstração do autoritarismo da gestão Marçal, marcada pelo plano de segurança que está

cercando a UEL e permitindo a entrada da polícia; pela tentativa de tomar a sede do DCE e pelas desqualificações e processos contra estudantes que militam. O contexto da cidade é de aumento da repressão. Diante da barbárie capitalista, vereadores propõem o toque de recolher para a juventude e o prefeito quer criar uma guarda municipal e uma Secretaria de Defesa, responsável por detectar “possíveis ameaças”, e “coletar dados”, será um serviço secreto para controlar os movimentos na cidade.

É hora de aprofundar a unidade e solidariedade na luta, já manifestada na campanha contra o aumento da tarifa (pelo aumento da tarifa e estatização), contra o fim da paridade (em defesa do voto universal) e no manifesto contra a crise mundial, que levantou um programa de defesa das condições de vida das massas (salário mínimo vital, escala móvel das horas de trabalho, expropriação dos latifúndios e em defesa do socialismo). Que este seja um passo importante na reorganização do movimento estudantil da UEL em torno de um programa proletário.

Natal - RN

Manifesto por um Congresso da UMES participativo e de luta

No dia 26 de setembro haverá o congresso da UMES (União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas) no IFRN (antigo CEFET) em Natal. A UMES é a entidade que representa todos os estudantes secundaristas de Natal e região metropolitana (Macaíba, São Gonçalo, Parnamirim, Ceará-Mirim, etc). São mais de 200 mil estudantes que unidos têm uma força social imensa.

A UMES se encontra desorganizada faz três anos. Portanto, a sua reorganização é muito importante. Nós estudantes unidos, somos uma força social expressiva e é através da organização que podemos fazer a burguesia escutar nossas opiniões e fazer valer nossas reivindicações. É através da UMES que nós estudantes participamos da política e interferimos nos rumos da cidade.

Precisamos participar do Congresso da UMES para levar nossas reivindicações e luta contra os governos da burguesia (PSB, PV, PDT, etc) que sucateiam a educação pública.

O ensino no sistema capitalista vem se tornando cada vez mais sucateado. O conhecimento mecanizado forma força de trabalho para exploração dos capitalistas, com objetivo de gerar lucro.

Além disso, nos debatemos nas escolas com a falta de professores, a carteira de estudante que a cada ano aumenta o valor, a isenção do vestibular que beneficia apenas uma minoria dos que precisam, o não incentivo à cultura e ao esporte, a meia passagem nas interbairros (alternativos), transporte no qual precisamos para ir todos os dias à escola. É a falta de livros, é o ônibus ESTUDANTE que há poucos na rota e que não comporta a todos os estudantes e que não faz a rota de volta até a parada próxima a nossas casas. São esses e outros problemas que nos deparamos todos os dias e que somos prejudicados diretamente.

A UMES pode cumprir um papel importante organizando a luta estudantil unida por estas e outras reivindicações. O sis-

tema capitalista é muito bem organizado por isso devemos nos organizar a uma central estudantil a UMES (União Metropolitana dos Estudantes). É junto da UMES que teremos força e voz, com essa organização estudantil poderemos dar grandes passos nessa luta, para isso a UMES precisa ser independente dos interesses eleitoreiros para que possamos bater de frente com esses problemas sem haver amarras que nos limite a ir a frente com a luta.

É neste sentido que a CORRENTE PROLETÁRIA ESTUDANTIL convoca os estudantes para discutir suas propostas para defender no congresso da UMES:

1. União teoria e prática na educação (educação vinculada a produção social, união entre ensino e trabalho).
2. Fim do vestibular. Acesso a todos em todos os níveis. Nada de cotas.
3. Passe livre nos transportes coletivos para estudantes e desempregados.
4. Estatização dos transportes coletivos sobre controle dos trabalhadores.
5. Uma UMES baseada na ação direta coletiva (manifestações de rua, piquetes, bloqueios, etc) para a conquista de nossas reivindicações. Rechaço a pressão parlamentar ou governamental fruto das correntes elitoreiras. Nossas reivindicações serão conquistadas somente através da luta direta.
6. Salas de aula com 25 estudantes.
7. Criação dos grêmios estudantis de luta e baseado na soberania das assembléias de base (participação direta dos estudantes).
8. Carteira de estudantes a preço de custo com contribuição voluntária.
9. Financiamento total da educação pelo Estado.
10. Contra o esporte de competição e utilização da cultura com vistas ao lucro.

Ao 14º Congresso da UMES do Rio Grande do Norte

Manobras da Juventude Articulação de Esquerda (JAE/PT) para confundir os estudantes secundaristas.

A Juventude do PT está à frente da reorganização dessa entidade do movimento estudantil no Rio Grande do Norte. No dia 26 de setembro ocorrerá o 14º Congresso da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas, no IFRN (antigo CEFET). O cenário foi todo planejado pela juventude do PT. No dia 24 de julho, ela se reuniu na sede do Grêmio Estudantil Gileno Guanabara (Escola E. Anísio Teixeira), para decidir o dia e a hora do evento. Tudo precisa ser realizado as pressas para que os estudantes não tenham tempo de montar as suas chapas e fazer uma verdadeira oposição combativa, a JAE já está com a sua chapa "Volta por Cima" organizada, com seus delegados preparados e com estudantes vendidos, tudo preparado para elegê-la.

A Juventude Articulação de Esquerda apóia totalmente todas as políticas de sucateamento do ensino público, postas em marcha pelo governo de Lula (PT). Uma das bandeiras defendidas pela

juventude do PT é a reserva de 50% das vagas da Universidade Federal para os estudantes de escola pública. Essa reivindicação revela que a juventude petista não defende o livre acesso à universidade pública e oculta a verdadeira intenção de favorecer universidades privadas, essa bandeira é farsante, pois os estudantes secundaristas precisam ingressar no ensino superior sem nenhum tipo de processo seletivo. Ato de limitar o ingresso na universidade pública por meio do vestibular, ENEM, cotas etc., demonstra que o ensino não é democrático. Portanto, a JAE mente para os estudantes ao defender apenas 50% das vagas da Universidade Federal para os estudantes de escola pública, na verdade, ela defende a continuidade dos processos seletivos que limitam o acesso dos estudantes a ingressarem no ensino superior.

A juventude petista lançou a tese da sua chapa "Volta por Cima" defendendo todas as políticas do governo Lula (PT), entre elas, o REUNI (Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e PROU-

NI (Programa Universidade para Todos). Estes projetos fazem parte dos maiores ataques já realizados contra a educação pública no país, pois transferem recursos do ensino público para os empresários das universidades privadas, com o argumento da “reserva de vagas”.

A Juventude Articulação de Esquerda quer fazer apenas demagogia para os estudantes, em suas teses, ela não admite que o governo de Lula foi o responsável por sete longos anos de sucateamento ao ensino público de uma maneira geral. Durante sete anos o ensino das escolas estaduais, municipais e universidades federais vêm sofrendo agressões em virtude das políticas do PT.

- ABAIXO as mentiras da JAE!
- ABAIXO qualquer forma de processo seletivo, vestibular, cotas, ENEM etc. A educação é um direito social, o Estado não pode limitar o acesso a essas instituições!
- Passe-Livre nos transportes coletivos para estudantes e desempregados!

- Educação totalmente pública, laica e vinculada à produção social!
- ESTATIZAÇÃO de todas as entidades privadas de ensino, sem indenizações, sob controle dos que estudam e trabalham!
- Contra a burocracia universitária, autonomia estudantil na universidade, lutar pelo governo tripartite com maioria estudantil;
- Pela Revolução social e Ditadura do Proletariado!

OMOVIMENTO ESTUDANTIL TEM QUE EXPRESSAR A POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA PARA RESPONDER A QUALQUER ATAQUE AS CONDIÇÕES DE VIDA!

PASSAGEM NÃO SE NEGOCIA, DEFENDE-SE COM LUTA!

ESTATIZAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE TRANSPORTE SOB O CONTROLE DOS TRABALHADORES!

**PASSE-LIVRE PARA OS ESTUDANTES E DESEMPREGADOS!
TODOS OS ATAQUES A VIDA DA CLASSE TRABALHADORA DEVE SER RESPONDIDOS COM A AÇÃO DIRETA DAS MASSAS!**

1ª Assembleia Nacional da ANEL

Nos dias 12 e 13 de setembro, na sede do DCE da USP, realizou-se a 1ª Assembleia Nacional da ANEL, entidade recém fundada no Congresso Nacional dos Estudantes. Este encontro teve dois aspectos principais: 1º) Tratar de questões ainda pendentes do CNE e; 2º) Avaliar, em um primeiro momento, os frutos da divisão e constituição de uma nova entidade nacional. Aproximadamente 400 estudantes compareceram, sendo destes por volta de 180 delegados. Estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia compuseram a maioria dos presentes.

Ficou claro que o processo de cisão da UNE por uma pequena fração da vanguarda do movimento estudantil nacional condicionou o método empregado na construção e realização desta 1ª Assembleia. Tal processo, totalmente alheio às massas estudantis, obrigou que alguns delegados fossem nomeados através de indicação, fora das instâncias legítimas de deliberação, que são as assembleias. A ausência de um programa claro das reivindicações mais sentidas dos estudantes e da juventude, a quase que ausente discussão sobre as resoluções pendentes do CNE, votadas agora às pressas, com o agravante de não serem ao menos consequentemente defendidas na luta cotidiana pela corrente política que encabeça o divisionismo (PSTU), a constituição de uma diretoria executiva onde estão convidadas todas e quaisquer entidades estudantis ou oposições, independente de suas propostas ou posicionamento político, ao modo de uma grande federação – estas são as concessões necessárias a uma unidade em torno de uma aventura. As declarações ora exististas, ora sentimentais, tentavam fazer acreditar que o grande esforço desta vanguarda estava encontrando eco nas bases estudantis, que já logo reconheceram a ANEL como sua nova entidade.

Mas o PSTU sabe que não é bem assim. Como a possibilidade das correntes do PSOL abandonarem a luta no interior da UNE está ficando a cada dia mais distante, percebe-se um momento de desorientação, principalmente quanto à política a ser adotada pela nova entidade em seu controle. Os grupos de discussão (GDs) refletiram bem este caso. Temas como as ma-

zelas do Reuni nas universidades, a campanha “Fora Sarney – fim do Senado e por uma Câmara Única” e a destinação de parte dos recursos da exploração do pré-sal à educação através de um projeto de lei, dominaram o GD de Universidades Públicas (ao todo, quatro GDs – um sobre Escolas Secundaristas, um sobre Universidades Privadas e dois sobre Universidades Públicas). Sequer foi apresentado um balanço da mobilização mais importante que ocorreu neste ano, ignorando a desastrosa política do PSTU (“Nada Será Como Antes”) a frente do DCE da USP. Devendo ser um momento de informes sobre as principais lutas no País e de disputa política entre as várias vertentes do movimento sobre a massa ainda vacilante, os GDs sequer foram capazes de apontar as principais reivindicações dos estudantes e da juventude.

A vanguarda do movimento estudantil, diante da burocratização de suas entidades, encontrando suas direções cooptadas pelo governo e sua política burguesa, precisa sim se reorganizar nacionalmente, convocando congressos e assembleias nacionais, se estruturando em cada escola e em cada curso em torno da luta pelo acesso universal à educação em todos os níveis, contra a privatização e precarização do ensino e pelo fim do desemprego entre a juventude, trilhando um movimento de independência política da burguesia e seus governos. Imprescindivelmente, a partir destas lutas, se chocarão com a necessidade de varrer com burocracia governista de suas entidades de massa. Mas o que ocorre no caso da política centrista do PSTU é justamente o contrário: renuncia à luta pela construção do programa, não se apóia na força de mobilização dos estudantes e parte, assim, para a disputa de aparatos. Atuamos nos fóruns da ANEL por acreditarmos que há uma valiosa parcela da vanguarda do movimento estudantil mobilizado, mas não incorremos no erro de apoiar tal cisão. **A Corrente Proletária Estudantil** está convicta que a política de frente única nos organismos de massa, sustentada pelo movimento dos estudantes e da juventude em torno de suas reivindicações elementares, é o único método de expulsarmos a burocracia e recuperarmos a democracia em seu interior.

À Assembléia da ANEL

A Assembléia da ANEL, realizada em São Paulo, na USP, nos dias 12 e 13 de setembro, contou com 180 delegados inscritos (segundo a organização), e mais cerca de 200 observadores. O problema não é só o baixo número de participantes, mas o que está por trás disso.

A ANEL foi fundada como uma entidade a partir da cisão da UNE, numa divisão encabeçada pelo PSTU. Essa política não expressa um movimento dos estudantes, nem de uma fração significativa. É um movimento de correntes políticas. Essa característica da ANEL, de se constituir não a partir de uma tendência entre os estudantes, mas a partir da deliberação de uma fração da vanguarda, marca sua organização e sua política. Neste encontro da ANEL, a forma predominante de indicação de delegados e não de eleição em assembléia é sintoma disso.

A situação de ataques à educação em todos os níveis pelos governos, desde o federal, passando pelo estadual e até em nível municipal, diante de uma UNE burocratizada e governista, porta-voz do governo Lula no interior do movimento estudantil, por si só mostra a necessidade de organização dos estudantes para trabalhar pela unificação e centralização das lutas, de forma a dar-lhe forças para enfrentar os capitalistas e seus governos. Com a UNE ora se omitindo, ora agindo abertamente contra os movimentos estudantis, coloca-se a necessidade de colocar em pé um movimento nacional organizado.

Para isso, seria necessário que se construísse essa organização a partir de uma ampla campanha nas bases. A convocação de assembléias e plenárias de curso nortearia a discussão da realização da ANEL, a participação ou não das entidades de base, e a eleição de delegados a partir da disputa de posições políticas entre os estudantes. Esse movimento poderia resultar numa Assembléia da ANEL com ampla representação (medida não apenas pelo número de delegados, mas pela preparação e pela forma como foram escolhidos) e potencializaria seu papel no sentido de impulsionar a luta dos estudantes, contra a paralisia imposta pela direção da UNE.

Mas o que se viu foi a predominância da indicação de delegados via centro acadêmico, sem sequer informar os estudantes a respeito. Estruturou-se assim um encontro com delegados indicados, um jogo de cartas marcadas.

O que poderia fazer um encontro desse tipo? Referendar

as políticas do PSTU para a juventude. Traduzindo: apoiar a constituição de uma frente de esquerda eleitoral com o PSol, apoiar a campanha seguidista da disputa interburguesa do “Fora Sarney”, embarcar no nacionalismo de “o Pré-sal é nosso” e assim por diante.

O movimento estudantil precisa de outro caminho: o de se apoiar nas reivindicações mais sentidas pelos estudantes, que os colocam em choque com os capitalistas, seus governos e políticas, e avançar sua mobilização e os métodos de luta. Organizar e centralizar as lutas estudantis contra o maior intervencionismo e privatização do ensino. Caminhar de forma independente das frações burguesas e das burocracias que as seguem: nada de se enfileirar atrás do “Fora Sarney” – levantar a bandeira dos Tribunais Populares para julgar e punir a burguesia corrupta; nada de seguir os nacionalistas, que pretendem entregar o petróleo e demais riquezas a troco de umas esmolas para saúde, educação e para os bandos capitalistas brigarem por elas em seus governos – exigir a nacionalização de todo o petróleo e estatização sob controle operário de todas as empresas petrolíferas.

O combate à direção da UNE burocrática e governista deve ser travado em todos os níveis. Não se trata de dar uma solução aparelhista para o problema político. A construção de outra entidade, à margem dos estudantes, já se revelou equivocada e faliu com a proposta da Conlute. A formação da ANEL, feita sem um balanço dessa experiência anterior e voltada a arrastar o PSol para a aventura divisionista, não responde ao problema colocado: o de trabalhar incansavelmente pela destruição da direção burocrática e governista da UNE, não apenas construir outra entidade e deixar que a atual direção continue a ter a influência majoritária. É preciso construir um amplo movimento a partir das bases, dentro e fora da UNE, de forma a organizar e centralizar as lutas estudantis, a dar unidade organizativa à vanguarda que desponta nas lutas sobre a base de um programa revolucionário. A construção de uma fração de oposição revolucionária à atual direção da UNE é um passo nesse sentido. O que só pode ser feito a partir de uma ampla campanha junto aos estudantes, apoiando-se nas lutas e nas assembléias e organizações de base, na disputa democrática de posições, na política proletária de independência de classe diante da burguesia, seus governos e organizações.



USP: pelo voto nulo nas eleições para reitor!

Não há eleição para reitor na USP. O processo que se realizará nesse segundo semestre não será mais do que uma encenação. Serão três momentos: a escolha em primeiro turno, em que votam cerca de 3 mil membros das congregações nas unidades; a escolha em segundo turno, em que votam somente os membros dos conselhos centrais; e a escolha definitiva, que é feita pelo governador do Estado, a partir de uma lista de três nomes que a USP lhe envia. Só podem ser candidatos os professores titulares. Os programas dos candidatos são todos muito parecidos. Apesar das diferenças entre si, nenhum serve aos interesses dos que estudam e trabalham.

A escolha do reitor constitui uma comprovação indiscutível do quão arcaica e antidemocrática é a estrutura de poder de nossa universidade. É um arranjo entre as diversas frações da burocracia universitária que dirige a universidade, sob a tutela do governo de plantão. Os candidatos expressam as diversas frações da burocracia dirigente. Os que agruparem mais força entre esses grupos disputam o cargo máximo, mas repartem entre si os demais cargos dirigentes (pró-reitorias, conselhos centrais, comissões, direções de unidades importantes etc.).

É essa estrutura a maior responsável pela presença da PM no campus, pelos processos contra estudantes e funcionários etc. Essa forma de poder corresponde ao controle da universidade pela classe dominante e seus governos. Para expressar o poder da minoria sobre a maioria, tem de se organizar de forma antidemocrática. No caso da USP, isso se expressa de forma mais evidente que em outras universidades, as quais maquiavam o autoritarismo com uma participação maior de estudantes e funcionários, sem alterar o poder decisivo da casta burocrática dirigente e a tutela governamental.

Posição da Adusp: candidatura própria e consulta

A direção do sindicato dos professores (Adusp) lançou a candidatura de um de seus principais dirigentes, Francisco Miraglia, a reitor. E propôs a realização de uma eleição paralela entre estudantes, professores e funcionários. O resultado dessa eleição seria uma reivindicação a ser aceita pelos conselhos centrais, que deveriam votar no nome indicado pela consulta.

Como se vê, trata-se de uma proposta circunscrita à forma de poder vigente. Acata os critérios para lançamento de uma candidatura e submete essa candidatura a todo o processo burocrático. Procura se apoiar em uma votação paralela para pressionar a burocracia a fim de que renuncie a seus privilégios de escolha em favor da votação organizada pela Adusp. É difícil acreditar que a Adusp tenha ilusão de que assim fará o futuro reitor. Parece que pretende mais fazer uma denúncia a partir da contradição entre a consulta e o resultado da eleição. De qualquer forma, não parte da denúncia do poder burocrático, nem formula sua destruição. Propõe apenas a mudança na forma de escolha do reitor.

Reafirmamos que essa mudança não altera o poder da casta dirigente, portanto não muda o controle dos governos e da classe dominante sobre a universidade, que se realiza através da burocracia dirigente e suas instituições. A candidatura de Miraglia pretende disputar a reitoria no campo fixado pela burocracia universitária.

O programa da candidatura de Miraglia

As principais bandeiras levantadas por Miraglia: Por uma USP Democrática, Competente, Republicana e Socialmente Responsável.

O que se entende por uma USP democrática? Resposta: “termos uma reitoria que crie, estimule e respeite canais amplos de manifestação e deliberação de todos que trabalham e estudam na USP [...] tenha mecanismos democráticos de gestão, por meio da ampliação significativa da participa-

ção de todos os segmentos que dela fazem parte”. Não se trata de um poder dos que estudam e trabalham, mas de uma postura associada à forma de eleição. A ampliação da participação significa a preservação da essência da atual estrutura de poder.

O que é uma USP Competente? Resposta: “uma universidade aberta, crítica, de excelência acadêmica, inserida na luta pelo desenvolvimento social do país”. A universidade sob o capitalismo reflete a separação entre teoria e prática, e o controle da classe dominante sobre a produção. Essas deformações só serão eliminadas com a destruição do caráter de classe da universidade e sua profunda transformação pelos que estudam e trabalham, que depende da transformação revolucionária mais geral da sociedade. A chamada “excelência acadêmica” é uma bandeira da burguesia para reafirmar que apenas uma pequena parcela pode desenvolver ciência.

O que é uma USP Republicana? Diz Miraglia: “Para transformar a USP, tornando-a democrática e de fato republicana, é central seu desatrelamento de governos ou partidos, assim como não nos servem supostas alianças seletivas com setores da oligarquia que a controlam. É fundamental termos uma reitoria que represente a universidade perante os poderes do Estado – ao invés de representar tais poderes dentro da universidade –, que cultive a permanente disposição ao diálogo e à negociação com as organizações de professores, estudantes e funcionários”. O que se entende disso é que a universidade republicana é aquela que não está sob controle da oligarquia, mas atende a um suposto interesse público, que se expressa em um poder resultante da escolha democrática de seus dirigentes, que a devem representar perante o Estado e suas instituições. Por trás desse palavreado, está a defesa de uma autonomia (utópica) da direção da universidade (burocracia dirigente) em relação ao Estado e governos.

O que é uma USP Socialmente responsável? É aquela “que catalise sua inserção no debate e na busca de solução para os graves problemas sociais brasileiros, [...] inserida na luta pelo desenvolvimento social do país.” Está aí uma visão elitista de universidade, em que a minoria que a frequenta tem “responsabilidade social” e trabalha em benefício da maioria excluída e do desenvolvimento de todos. É a visão mais à esquerda dentro do espectro da universidade burguesa, uma universidade de classe que atuaria em benefício de outra classe, por solidariedade.

A universidade só trabalhará em favor dos explorados quando estiver sob seu controle, quando os explorados tiverem acesso à universidade e a transformarem de dentro, tendo o controle sobre a produção e economia do lado de fora. Até lá, os que estudam e trabalham podem caminhar nesse sentido se conseguirem impor à burguesia a autonomia universitária, em oposição a ela e em unidade com os explorados contra os exploradores.

Candidatura paralela?

O Sintusp lançou a anti-candidatura de Francisco de Oliveira para reitor, no que foi apoiado pela direção do DCE e APG (pós-graduandos). O Sintusp apresentou a proposta da candidatura e programa numa assembléia, que a aprovou. A direção do DCE decidiu embarcar nessa proposta, antes de debatê-la com os estudantes e CAs. Ambos negociaram o programa e candidatura anteriormente. A direção do Sintusp apenas a referendou na assembléia. Provavelmente, o mesmo fará a direção do DCE. É uma anti-candidatura que nasceu do acordo entre as direções/correntes que dirigem o sindicato dos funcionários e o DCE. É importante essa origem, porque se propõe a questionar os métodos antidemocráticos da burocracia dirigente. Mas essa origem está em contradição com uma candidatura que deveria nascer dos movimentos, da base, e que assim poderia expressar a luta coletiva contra a burocracia.

O movimento pode utilizar a tática de candidaturas paralelas para desmascarar o conteúdo das eleições? Ou mesmo para delimitar um programa de luta contra a burocracia? Sim, principalmente quando há ilusão sobre o papel do método eleitoral. Mas, não em qualquer condição. Não no momento que vivemos. A ocasião é de confusão generalizada, o movimento foi obrigado a recuar de forma desordenada após a mobilização fracassada desse ano. Uma candidatura que expresse o movimento só pode ser fruto de um processo de luta ampla, não de um mero acordo entre correntes.

Não há como mudar a estrutura de poder por meio de eleições, pois são estruturas que expressam interesses políticos e econômicos profundamente enraizados. Não podemos alimentar ilusões numa vitória a partir do campo de disputa determinado pelo inimigo (a burocracia universitária e o governo). Devemos apontar o método da ação direta como alternativa necessária para transformar as relações de poder na universidade, colocando a reivindicação de eleições como meio submetido à mobilização.

Porém, o inverso está se dando com a proposta do Sintusp, DCE e APG. Apesar do discurso inflamado dos grupos que a estão defendendo, o que temos hoje é a ausência de um movimento que ampare o chamado de voto na “anti-candidatura”. Estamos saindo da derrota de uma greve, não haveria como impôr à burocracia universitária o candidato “do movimento”. A maior probabilidade seria a desmoralização. Se ao menos estivéssemos num momento de ascenso, seria discutível a candidatura paralela. Não temos esse quadro.

A anti-candidatura se apóia num programa que se propõe a boicotar o processo de eleição de reitor pela burocracia. Esse programa é encabeçado pela bandeira de estatuinte. Ou seja, de reforma dos estatutos da USP por um congresso de representantes dos três setores. Na verdade, o que essas correntes fazem é se apoiar na imagem de um intelectual para passar de contrabando a bandeira de estatuinte.

O programa comporta ainda outras bandeiras, como a readmissão de Brandão, a eleição direta para reitor, a dissolução do conselho universitário, a luta contra a Univesp e o fim das terceirizações e fundações privadas, a ampliação de vagas na USP, a defesa do ensino presencial e da universidade a serviço dos trabalhadores. Quem vai cumprir esse programa? A estatuinte? O reitor eleito depois de reformado o estatuto?

A estatuinte é uma bandeira que não nasceu dos estudantes em luta. No passado, setores da burocracia e o reformismo petista a empunharam quando o fim da ditadura militar exigia a reformulação das relações entre universidade e Estado. Recentemente, foi uma bandeira que serviu como meio de negociação do fim da ocupação da reitoria pelo movimento estudantil, e resultou no fracassado V Congresso da USP, organizado conjuntamente com a reitoria, que não chegou a se realizar. Seu conteúdo é a reforma dos estatutos da universidade por um Congresso de representantes dos três setores, a ser aceita pela burocracia dirigente.

Assim como a eleição de qualquer um que seja para a cadeira do reitor não mudará a USP, também um congresso estatuinte não terá forças para fazê-lo. A destruição do poder da burocracia será obra da luta, do confronto com ela e com o governo, só pode resultar de uma fortíssima mobilização, que imporá as decisões coletivas.

Essa luta unitária dos que estudam e trabalham só se efetivará com a organização da Assembléia Geral Universitária soberana. Ela é, ao mesmo tempo, meio de organização de uma unidade efetiva na luta, não imposta de um setor sobre o outro, e forma embrionária de poder autônomo dos que estudam e trabalham que, com o avanço de sua luta, destruirão os organismos e instituições da atual casta dirigente e construirão um poder tripartite autônomo em relação aos governos e poder econômico e profundamente ligado ao movimento do proletariado.

A burocracia dirigente não cederá seu poder, procurará sempre pre-

servá-lo, ainda que com tinturas democratizantes (maior participação de estudantes e funcionários, eleição manipulada de dirigentes etc.). A proposta de estatuinte é em sua essência a mediação com a burocracia para implantar reformas, que a burocracia não aceitará, a não ser aquelas que a ajudem a preservar seu próprio poder.

Convocar a assembléia geral universitária para organizar a mobilização unificada em torno das reivindicações mais sentidas!

Para a maioria dos estudantes, a eleição para reitor é algo distante, que não tem ligação imediata com suas vidas. Por isso não se mobilizam. Não pretendemos, de forma alguma, reforçar aqueles velhos preconceitos sobre os estudantes, como a idéia de que não passam de uns mesquinhos, ou então de que são todos individualistas etc. Todas essas colocações pecam pelo mecanicismo, partem da busca de uma essência imutável do conjunto dos estudantes, ou seja, concluem afundadas no campo da especulação metafísica.

Ao contrário dessa linha preconceituosa, devemos compreender que o corpo estudantil apresenta suas contradições. A política correta só pode ser aquela que tome como ponto de partida um programa claro e que leve em conta as contradições da base estudantil para aplicá-lo. Quando falamos sobre o programa ser claro, não queremos dizer acabado e nem imposto de cima para baixo. As contradições da qual falamos atrás também atuam sobre as definições de nossos objetivos e tarefas centrais. Isso se explica pelo caráter frentista que assume naturalmente o movimento estudantil, o qual congrega diversas classes e camadas de classe.

Atualmente, podemos encontrar no seio do movimento estudantil uma parcela mais avançada quanto às ligações entre os problemas vividos por todos nós e a estrutura de poder antidemocrática da USP. Sem dúvida, essa parcela tem impulsionado o debate, cada um à sua maneira, sobre a necessidade de mudanças. Devemos nos amparar nessa fração para tentar impulsionar um movimento amplo. Temos, seguramente, aliados importantes entre os trabalhadores da universidade, além de alguns professores mais combativos. O método frentista, instituído a partir de um programa unitário debatido nas bases, deve servir para discutir com os estudantes que ainda não estão convencidos da importância de lutar.

No momento atual, que é de refluxo, o que não podemos perder de vista é a necessidade de garantir a total independência diante da burocracia universitária. Mais do que isso, nossa tarefa deve ser criar uma situação favorável para que toda confusão em relação ao papel da burocracia universitária se desfaça. A melhor forma para isso é permitir aos que estudam e trabalham que experimentem por si mesmos o alto grau de burocratização e o autoritarismo vigentes na universidade. A mobilização em torno das reivindicações mais sentidas pode cumprir esse papel, desde que consigamos deixar bem claro, sem mecanicismos, a ligação que há entre os problemas vividos cotidianamente e a estrutura de poder.

É preciso ligar a luta contra o autoritarismo da burocracia à defesa das reivindicações mais sentidas pelos que estudam e trabalham. As assembléias e plenárias conjuntas nas unidades devem caminhar para a organização da assembléia geral universitária, que deliberará o que fazer diante do processo burocrático de escolha do reitor.

Somente assim essas bandeiras serão expressão da mobilização, e não um acordo entre correntes e sindicatos. Somente assim será possível construir um movimento ao redor delas, e não uma série de protestos limitados. Somente assim se poderá dar um passo que seja rumo à destruição do poder burocrático e ao poder dos que estudam e trabalham na universidade. Será o movimento dos que estudam e trabalham que poderá com a força da mobilização avançar em suas reivindicações, não através da conquista de um cargo burocrático ou da realização de uma estatuinte.

Nesta edição:

- Derrotar o golpismo em Honduras, sob a bandeira de um governo operário e camponês
- Outubro: 60 anos da Revolução Chinesa
- Argentina: A pobreza, a indigência e a desnutrição são escandalosas no país que tem todos os recursos para resolvê-las imediatamente
- Irã: Imperialismo ativo de Obama

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Derrotar o golpismo em Honduras, sob a bandeira de um governo operário e camponês

A destituição e deportação do presidente Manuel Zelaya trouxe à tona a história dos golpes militares que marcaram a América Latina desde os anos 60. Os próprios governos latino-americanos se encarregaram de rechaçar o golpismo em nome da trágica memória das ditaduras passadas. Assim se pronunciaram Lula, Cristina Kirchner, Chávez etc.

Da OEA, veio a condenação ao governo Roberto Micheletti e a exigência de retorno da constitucionalidade, com a restituição de Zelaya à presidência da República. O governo Barack Obama declarou-se contrário ao rompimento da ordem e fez causa comum à posição da OEA. Espanha, França etc. transpuseram contrariedade com os acontecimentos na pequena e atrasada Honduras.

Fantástica unanimidade contra a deportação de Zelaya. Do mais poderoso país imperialista – os Estados Unidos – à mais pequena semicolônia – a Bolívia –, foi desfraldada a volta de Manuel Zelaya.

O Brasil tomou a frente do movimento pelo não reconhecimento do governo Micheletti e pelo restabelecimento da democracia, cumprindo assim sua aspiração de liderança na América Latina. Mas, contra tudo e contra todos, os golpistas resistem. O que indica que a unanimidade na condenação do golpe é aparente.

Zelaya é um ricoço, que em nenhum momento ousou combater o poder da oligarquia latifundiária e enfrentar o domínio dos Estados Unidos sobre o País. Mas que, por conveniência, se aproximou de Hugo Chávez. Animado pelo apoio de parte da população, pleiteou um novo mandato. Nada, portanto, de subversivo ou de extraordinário.

Na Colômbia, por exemplo, os Estados Unidos apóiam um terceiro mandato de seu títere Álvaro Uribe. Como é para dar continuidade à política de intervencionismo norte-americano, pouco se contesta a ambição do corrupto chefe de Estado colombiano. Mas, se é para dar continuidade a um novo apóstolo de Chávez no governo da pobre Honduras, então está proibido, porque seria fortalecer posições nacionalistas e pró-Cuba. Está aí a razão do golpe e não porque a Constituição não pudesse ser remendada no aspecto eleitoral.

O golpe evidenciou que Zelaya era presidente mas não tinha o poder – exercia parte do poder, com anuência das instituições

oligárquicas. Bastou pleitear um referendo para convocar uma Constituinte que lhe permitisse modificar a Constituição para que o Legislativo, o Judiciário e a Forças Armadas o arrancassem da cama de pijama e o enxotassem para o exterior.

A reação dos partidários de Zelaya não esteve à altura do acontecido. Não conseguiram arrastar as massas para derrubar os golpistas e trazer de volta o Presidente. As manifestações se limitaram a alguns setores sindicais, populares e estudantis. Foram duramente reprimidas. A esperança ficou na dependência das negociações.

Os defensores do golpe, por seu turno, não deixaram de se mobilizar nas ruas para evitar que os zelayos-chavistas ganhassem terreno frente ao governo golpista isolado internacionalmente, cuja capacidade de repressão poderia não ser suficiente caso dela necessitasse.

Os Estados Unidos têm interesse em afastar Zelaya e enfraquecer o nacionalismo chavista, mas não poderiam mostrar que estavam por trás do golpe, nem com ele compactuar. Chávez denunciou o comprometimento dos Estados Unidos e o chanceler brasileiro, Celso Amorin, referiu-se à ambigüidade norte-americana.

O acordo traçado pela administração Obama e entregue para o mediador costa-riquenho, Oscar Arias, para este colocar na mesa de negociação com Micheletti, foi e é simplesmente vergonhoso. Zelaya voltaria ao cargo, abandonaria a pretensão de obter um novo mandato e conduziria as eleições já em andamento. Em compensação, os golpistas seriam anistiados e não sofreriam nenhuma pena.

Zelaya estava disposto a capitular, mas Micheletti sabia que poderia rejeitar o acordo proposto pelo amo imperialista porque este fazia jogo duplo. Lula e Chávez, enfim todos, sabiam que se tratava de uma impostura norte-americana de defesa da ordem democrática. Isso explica por que um golpe débil e extemporâneo na conjuntura mundial e da América Latina – muito distinto dos golpes sangrentos dos anos 60 e 70 – ainda se sustenta.

O ingresso clandestino de Zelaya, com ajuda de Chávez, em Honduras e seu alojamento pela embaixada brasileira foi uma resposta ao jogo norte-americano. Não por acaso, os Estados Unidos rechaçaram o retorno de Zelaya em termos des-

moralizantes. No Brasil, a oposição e toda imprensa fizeram coro com os Estados Unidos. Não se pode criar uma situação em que motive a mobilização popular em Honduras e fortaleça as posições dos zelayistas. A direita exige que Lula dê asilo a Zelaya e assim diplomaticamente reconheça a sua condição de presidente deposto, que não pode se pronunciar e deve ser retirado do País.

As mobilizações que haviam se enfraquecido com a demora do acordo voltaram com a presença de Zelaya e seu chamado à população. Mas o presidente deposto usa as manifestações para propor um acordo de conciliação. O governo Lula espera que o governo golpista no final das contas aceite o Plano de Obama/Arias (Plano São José). Está clara a manipulação dos trabalhadores e da juventude que se mobiliza e enfrenta a política dos golpistas, sob a bandeira burguesa de “volta Zelaya”.

Como se pode ver, o golpe contra um adepto do chavismo, ainda que de última hora, tornou a raquítica Honduras o centro de atenção internacional. Os Estados Unidos de Obama querem Zelaya fora, mas não podem compactuar às claras com os golpistas; a Venezuela de Chávez quer a restituição do poder a um aliado, de forma a não favorecer as tendências golpistas no seu próprio campo; o Brasil de Lula pretende despontar como arauto da ordem democrática.

As esquerdas ditas socialistas levantam a bandeira de volta incondicional de Zelaya, por razões democráticas. Há quem se coloque por uma frente com setores da burguesia sob o objetivo de derrotar os golpistas e recolocar Zelaya no poder. É uma posição oportunista a defesa de que a luta contra o golpe se traduz na bandeira de Zelaya no poder (“Restituição incondicional de Zelaya”). Oportunista porque mantém as massas em choque com o governo golpista presas à disputa interburguesa. Disputa essa que resultará, com Zelaya ou sem Zelaya, em mais uma eleição que conservará o poder da oligarquia.

Trata-se de mobilizar e atuar sobre o movimento com a bandeira de abaixo os golpistas e por um governo operário e camponês, sob um programa de expropriação revolucionária da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social.

Abaixo o governo golpista de Micheletti!

Derrubar a oligarquia reacionária!

Por um governo operário e camponês!

Posição da LIT-QI sobre Honduras

O golpe em Honduras criou uma unanimidade dos Estados Unidos à Venezuela de que o novo governo não deve ser reconhecido e que Zelaya deve retornar ao seu posto. Sob essa unidade, a OEA ficou encarregada de chegar a um acordo com os golpistas. A base das negociações foi estabelecida pela proposta de acordo de San José, delineado por Obama e levado a cabo pelo presidente da Costa Rica, Oscar Arias. Zelaya aceitou a intervenção norte-americana, bem como Hugo Chávez. Os termos vergonhosos do acordo que reconduz formalmente Zelaya ao governo e protege os golpistas também não foram rechaçados, a não ser por Micheletti, que sabe muito bem do jogo duplo de Obama.

A instalação do presidente deposto na embaixada brasileira, que às escondidas entrou no País, foi mais um lance no movimento pela restituição da presidência a Zelaya. Desta vez, a intervenção foi de Chávez, que denunciou os Estados Unidos de estarem por trás do golpe. A administração Obama não gostou da manobra, mas não teve como bloqueá-la.

Depois da abertura da crise diplomática entre Brasil e Honduras, e da retomada das mobilizações internas ao País, caminha-se para um acordo. A delegação da OEA está mais otimista, embora o terreno ainda continue movediço. Zelaya mostra-se disposto a capitular, o que já havia feito perante o acordo de Obama/Arias. O movimento anti-golpista está sendo usado como massa de manobra para uma solução por alto, que conserve o poder da oligarquia capitalista. Assim, a volta de Zelaya esteve e está condicionada ao jogo interburguês, sobre o qual pairam os Estados Unidos, que há muito mandam em Honduras.

Fazemos essa exposição para localizar a posição da organização Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI). A posição a ser questionada foi publicada no jornal “Opinião Socialista”, do PSTU, edição 385, cujo título da declaração do Correio Internacional é “Honduras: a resistência

em uma encruzilhada”.

Estamos de acordo com a formulação: “O centro da mobilização das massas é a luta para derrotar os golpistas”. Não estamos de acordo com o adendo seguinte: “Isto é, a luta para derrubar o governo ilegítimo de Micheletti”. Não se trata de colocar a tarefa de derrubada de Micheletti no âmbito da legalidade. Ou seja, da ilegitimidade de Micheletti e legitimidade de Zelaya. A intervenção da OEA é justificada pelo argumento de ilegitimidade e ilegalidade da expulsão do Presidente deposto. Trata-se de derrubar o governo golpista.

O legalismo da formulação não é por acaso ou descuido. Eis o seu desenvolvimento: 1) “No marco de uma ampla unidade de ação antigolpista em Honduras e no mundo, que abarca desde setores burgueses até o conjunto da esquerda, existe um debate sobre duas questões centrais. Por um lado, qual deve ser o programa da luta contra o golpe. Por outro, com que metodologia se deve levar adiante essa luta.”; 2) “Uma das questões mais discutidas é se se deve ou não reivindicar o retorno de Zelaya, como fazem a LIT-QI e outras organizações”; 3) “Levantar a bandeira da volta de Zelaya significa que chamamos mobilizações unitárias com seus defensores. No entanto, consideramos imprescindível uma crítica implacável de sua política.”

Esses três pontos sintetizam a posição da LIT. O golpe criou uma frente ampla que comporta setores burgueses e a bandeira que a une é “retorno de Zelaya”. A LIT pretende que Zelaya volte com a derrubada do governo “ilegítimo” de Micheletti por meio da ação das massas e os setores burgueses trabalham para que as negociações da OEA/Obama dêem resultado positivo.

Os zelayistas controlam o movimento pelo retorno do Chefe de Estado e Zelaya os conduz para a solução institucional, de acordo com a OEA. Essa é a posição majoritária antes e agora com o caudilho encastelado na embaixada brasileira.

A LIT justifica sua posição com o argumento de que “setores majoritários das massas hondurenhas vêm o presidente deposto como ‘seu’ dirigente e estão dispostas a lutar contra ‘os poderes estabelecidos’ para que Zelaya volte ao governo.” Faz um paralelo com o golpe de 1955 que derrubou Perón e “as massas que lutaram duas décadas para sua volta” e com a derrota do golpe de 2002 na Venezuela contra Chávez. E conclui que essas lutas são progressivas e podem “abrir uma dinâmica revolucionária”.

As massas que saíram em luta em defesa de Perón e de Chávez estavam condicionadas pela divisão interburguesa. Falta a LIT dizer que é progressivo os explorados estarem sob a direção dos peronistas e dos chavistas. Falta também dizer se o movimento de dez anos de retorno de Perón abriu uma “dinâmica revolucionária”. O mesmo vale para o caso de Chávez e para o movimento de retorno de Zelaya. Não é porque as massas tinham ilusão no nacionalista general Perón que os marxistas estavam obrigados a levantar a bandeira de volta de Perón.

É dever e necessidade dos marxistas estarem junto dos ex-

plorados com a bandeira de derrocada dos golpistas, mas não de volta de Perón, Chávez ou Zelaya. O falecido Nahuel Moreno formulou essa linha antimarxista na Argentina, em nome do trotskismo, e os morenistas da LIT continuam a reproduzi-la. As massas têm de fazer a experiência com caudilhos como Perón e Chavez, aspirando sua volta, mas nem por isso a bandeira do partido revolucionário é de seu retorno.

Como auxiliá-las a superar as ilusões? Fazendo parte da luta das massas com bandeiras próprias que não se confundem com as da burguesia. Em todos os casos exemplificados e na situação presente de Honduras as bandeiras centrais são de derrubada revolucionária da oligarquia golpista e constituição de um governo operário e camponês, que expresse o poder da classe operária unida aos pobres do campo, ou seja, a ditadura do proletariado. É com essa posição que o partido lutará para libertar os explorados da fração burguesa em situação de derrota e que pretende retornar ao posto de comando do Estado. O problema fundamental em Honduras está que o proletariado ainda não constituiu seu partido marxista.

Outubro: 60 anos da Revolução Chinesa

A restauração capitalista na China segue em passos largos. Desde 1970, a burocracia chinesa adotou como estratégia atrair investimentos estrangeiros, aproveitando-se da existência de uma farta mão-de-obra barata, e adotar um plano de privatização. Em dezembro de 2001, a China cede ao imperialismo e é incluída como membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), com isso admite o capital estrangeiro em ramos protegidos pelo Estado e abre o mercado nacional para importações. Em 2007, impôs a lei que garante à propriedade privada os mesmos direitos da propriedade estatal. No mês de outubro do ano passado, ampliou de 30 para 70 anos a vigência da concessão de terras e a autorização para comercialização do direito do seu uso.

Nesses últimos anos, cresceu a opressão sobre o povo e sobre regiões que reclamam por autonomia. O massacre da Praça da Paz Celestial, em junho de 1986, quando milhares de jovens foram assassinados; a opressão sobre o povo tibetano e sobre a região rebelde Urumqi atestam a violência da burocracia que domina o Estado.

Os trabalhadores não têm nada a comemorar nesses 60 anos. Ao contrário, devem condenar as medidas restauracionistas e opressivas, que são descarregadas na forma de desemprego, superexploração do trabalho, destruição de conquistas e aumento da miséria.

A defesa da revolução comunista passa pela constituição do partido revolucionário e da crítica às posições maoístas e estalinistas. Não nos esqueçamos que, para Mao Tsé-Tung, a revolução chinesa deveria passar por duas etapas. A primeira, era a de transformar a sociedade colonial, semi-colonial e semi-feudal numa sociedade democrática, independente. A segunda, era a de avançar a revolução e construir uma sociedade socialista. Dizia que era uma revolução de novo tipo, dirigida pelo proletariado e destinada a estabelecer, nessa primeira etapa, uma sociedade de nova democracia e um Es-



tado de ditadura conjunta de todas as classes revolucionárias. Esta revolução abriria um caminho para o desenvolvimento do socialismo. Conclui, assim: a primeira etapa desta revolução não é, de modo algum, nem poderia ser o estabelecimento de uma sociedade capitalista sob a ditadura da burguesia chinesa, mas, sim, o estabelecimento de uma sociedade de nova democracia sob

a ditadura conjunta de todas as classes revolucionárias do país dirigidas pelo proletariado.

A revolução de 1949, no entanto, expropriou a burguesia e independizou a China do domínio imperialista. Foi uma revolução proletária que contou com a heróica luta camponesa contra os latifundiários e a dominação japonesa. O aspecto da dinâmica da revolução em duas etapas foi superada pelos acontecimentos. Confirmou, pelo contrário, a tese da revolução permanente de León Trotsky de que a revolução democrática nos países semicoloniais, de economia atrasada, se transforma imediatamente em revolução proletária. E que as tarefas democráticas não resolvidas pelo capitalismo atrasado, como a da entrega das terras aos camponeses, se dará no âmbito da revolução social, sob a ditadura do proletariado.

O problema da assimilação de MaoTsé-Tung da concepção revisionista de Stálin se mostrou em seguida, com a condução do novo regime social para o socialismo nacional, ou socialismo em um só país, preconizado pelo estalinismo. Com a cisão sino-soviética, em 1956, ficou configurada a orientação anti-internacionalista do estalinismo e do maoísmo. As tendências restauracionistas ganharam terreno na ex-URSS e na China.

Nos 60 anos da revolução chinesa, cabe aos marxistas defenderem a obra de expropriação da burguesia e a propriedade coletiva dos meios de produção, rechaçar a sua destruição pela burocracia do PCCH e defenderem a construção do Partido Revolucionário na China, que deve ser parte do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Argentina

A pobreza, a indigência e a desnutrição são escandalosas no país que tem todos os recursos para resolvê-las imediatamente, no país cujo governo se gaba de ter tido o maior crescimento em 60 anos

Mas também é escandalosa que seja o Papa e a Igreja que também falam da pobreza mas são historicamente responsáveis de defender os mais poderosos e seus governos e respaldarem todas as ações represivas contra os mais pobres, que se rebelam contra essa situação.

É escandaloso que os “opositores” se encham a boca falando de pobreza quando a bandeira central de suas reivindicações é a proteção das riquezas nas mãos dos mais ricos, é exigir segurança jurídica para os negócios e transações dos poderosos.

É escandaloso o governo querer negar o crescimento da pobreza, tomando como certas as informações do Indec, que eles mesmos se encarregaram de falsear.

Mas o que nada falam é que a riqueza é escandalosa! Um punhado de empresas e pessoas, que não chegam a 1%, estão cada vez mais ricas e se apropriam de mais de 50% do que se produz no país.

Discutem miseravelmente entre eles quantos são os milhões de pobres. O governo informa que é 15,3% e que a indigência é de 4%. E qual é a referência para esse cálculo? Um custo da cesta básica de alimentos de 316 pesos!

A Universidade Católica Argentina calcula cerca de 34,5% de pobres e 11,7% de indigentes, uns 12 milhões de pessoas. Isso por que calcula que a cesta básica custa 449 pesos.

O bispo Casaretto, encarregado da pastoral social da Igreja católica, fala de cerca de 40% de pobres.

Mas para todos eles, a definição de pobre é alguém que vive pior que um escravo, já que os custos mencionados apenas dão para comer, mas devem esquecer a casa, o transporte, a saúde ou a educação e se necessita gastar com a saúde, com certeza não se pode comer...

Nós temos um conceito completamente diferente do que é a pobreza. Pobre é aquele que não consegue satisfazer todas as necessidades básicas em todos os meses. Nessa condição se encontra mais de 70% da população.

Quando se falam quais os verdadeiros números da inflação se esconde deliberadamente que a inflação é a subida dos preços e que subida dos preços é resolução dos empresários, dos capitalistas e não da população. São os capitalistas que sobem constantemente os preços, buscando incrementar seus lucros, arrancando dos trabalhadores o reajuste dos salários que tiveram de conceder no dia anterior, resarcindo-se pela elevação de seus insumos, porque outros capitalistas querem tirar vantagens sobre eles, ou o aumento do dólar, ou das taxas de juros... Cada causa que procuremos nos leva ao mesmo. São os capitalistas os responsáveis pela inflação. Veja-se também que os mercados estão altamente monopolizados, não existe concorrência, portanto os empresários podem fixar os preços arbitrariamente. Cada um coloca a culpa no outro pelo aumento dos preços, mas todos descarregam finalmente sobre os consumidores, sobre a população.

O governo tem sido completamente incapaz de controlar a subida de preços. O que pode fazer é o circo e revelar as estatísticas.

As tarifas de gás e eletricidade multiplicaram a pobreza. Quem arrecada essa diferença? As empresas privatizadas, que procuram garantir sua rentabilidade. O governo havia autorizado, há algum tempo, os aumentos, apenas esperou passar as eleições.

Os mesmos politiquinhos e empresários, que hoje discursam so-

bre a pobreza, rechaçam qualquer controle sobre os preços, que não haja limites a seus direitos de explorar o quanto querem, são os que demitem, suspendem os trabalhadores quando se reduz a atividade econômica, ou reclamam esse direito para os mais poderosos.

Qualquer que seja o cálculo, estamos falando de milhões de pessoas. Esse é o maior testemunho da incapacidade da classe dominante, a burguesia, de resolver sequer as questões mais elementares. O governo tem sido totalmente incapaz de acabar com a pobreza gigantesca. A pobreza tem fundamentos estruturais e deve ser erradicada na raiz, indo até o fundo de uma só vez.

Os chamados ao diálogo, as longas piruetas dos charlatões ao redor dos índices, são inúteis. Não se resolve falando, não se resolve nas mesas, nem com leis, nem fazendo melhores estatísticas. Nenhum diálogo com a cúpula da Igreja! Todos os setores dos meios de comunicação, todos os politiquinhos se colocam de joelhos frente a essa seita, como se fosse uma opinião autorizada e reveladora. Tem passado toda espécie de governos civis e militares, todos capitalistas, para todos os gostos, e nenhum deles pode resolver a pobreza e, pelo contrário, cada vez mais se agrava essa situação.

Como se acaba com a pobreza e a indigência?

- Salário mínimo deve ser o custo de vida necessário para uma família. Tudo que a família necessita para alimentar-se, para a casa, transporte, educação, saúde, lazer etc. Nenhum dos que opinam sobre a pobreza faz referência aos salários miseráveis que recebe a maioria dos trabalhadores; à vergonha do salário mínimo que acabou de ser aprovado; à aposentadoria que deve dar para o custo familiar.
- todos os trabalhadores devem ter seu posto de trabalho assegurado, nenhum desempregado. Todo trabalho disponível deve ser distribuído entre todos os trabalhadores. Nenhum dos charlatões que enchem as páginas dos jornais, dos rádios ou da TV opinam sobre como acabar com o desemprego; como devem impedir as demissões e as suspensões.
- fim de toda forma de trabalho precarizado.
- plano de obras públicas, sob o controle dos trabalhadores para construir 3 milhões de casas, que necessitam os mais humildes; sistema de fossas, água corrente e gás que cheguem à toda população, escolas e hospitais.
- Se toda a população tem acesso à saúde gratuita, se se resolve a moradia, e os serviços essenciais cheguem a todas as casas, as condições de pobreza terão reduzido drasticamente.
- Instalar imediatamente os restaurantes populares gratuitos em todas as escolas do país, garantindo os nutrientes necessários, abastecidos pelos governos; controle coletivo dos recursos que envolvem essa atividade, para garantir sua eficiência e que as balanças não os roubem. Nenhuma ingerência da cúpula da Igreja nos restaurantes.

O governo Kirchnerista, que posa de progressista, não tem contribuído para melhorar massivamente as condições dos mais humildes, ao contrário, essas condições têm regredido significativamente. Os “opositores progressistas” não se atrevem em mencionar as tarefas

vitais e o máximo que propõem é “a universalização das contribuições familiares”, uma forma de não enfrentar-se como os verdadeiros responsáveis.

As medidas anunciadas não poderão ser garantidas pelos capitalistas e seus governos. Devem ser impostas pela ação direta das massas. O empobrecimento das massas tem como contrapartida o enriquecimento, a concentração dos meios de produção, cada vez em menos mãos. Se não acabarmos com eles, é impossível acabar com a pobreza. Qualquer outra via é impotente e irrealizável.

Existem todos os recursos materiais para acabar com a pobreza, em curto prazo, mas aqueles que têm todas as riquezas, aqueles que se apoderaram de tudo, não vão ceder de boa vontade. Não há nenhuma lei, nenhum discurso e nem negociação pacífica que acabem com seus privilégios.

Eles, as multinacionais, os latifundiários, os banqueiros e os gran-

Irã: Imperialismo ativo de Obama

A mudança de governo nos Estados Unidos foi uma necessidade não só interna, mas sobretudo externa. A ofensiva belicosa de George W. Bush, a despeito das divergências ou diferenças com as demais potências, criou sérios problemas para a hegemonia norte-americana.

Em nome do combate ao terrorismo internacional, que passou a ser furar a segurança do gigante militar, destruindo em 11 de setembro de 2001 as torres do World Trade Center, o governo republicano lançou uma ofensiva militar, começando pela ocupação do Afeganistão, em novembro deste mesmo ano, e estendendo-a em 2003 com a guerra contra o Iraque, desconhecendo o Conselho de Segurança da ONU. Reeleito em 2004, Bush manteve a linha de recrudescimento militar no Iraque, momento em que a resistência ainda se mostrava forte e abalava o intervencionismo.

Vem à tona a existência de prisões e centros de tortura instalados pela CIA na Europa, África e Oriente Médio. As arbitrariedades do campo de concentração de Guantánamo já não mais podiam ser escondidas no segundo ano de seu segundo mandato. No Oriente Médio, Bush incentivou Israel à guerra de massacre, para enfrentar a resistência do Hamas e do Hezbollah. Na Ásia, potenciou o clima bélico contra o Irã, ao lado da guerra de ocupação do Afeganistão. Na Europa, Bush estabeleceu um acordo com a República Checa e com a Polônia para instalar bases antimísseis - uma clara política expansionista e provocativa à Rússia. Na América do Sul e Central, reativa a IV Frota, militarizando o Atlântico.

A chamada Doutrina Bush se fundamentava no uso da força bélica unilateral contra qualquer país, caso o Pentágono considerasse uma ameaça à segurança dos Estados Unidos. Os combates no Iraque e Afeganistão expuseram as dificuldades da ocupação. A reação da Rússia à instalação de bases em suas fronteiras criou um impasse. A apreensão de governos latino-americanos com a IV Frota compareceu como obstáculo à campanha imperialista contra o regime nacionalista da Venezuela. Os massacres de civis no Afeganistão indicaram o alto custo da intervenção.

A crise econômica que vinha ganhando corpo nos Estados Unidos empurrava a administração republicana para o intervencionismo e guerras regionais, mas ao mesmo tempo se tornava um grande peso para o Estado. Bush atravessou o segundo mandato em crise política e os Estados Unidos se mostraram

desempresários têm utilizado todo o poder de seu Estado para conquistar e manter essa riqueza.

Para acabar com a pobreza estrutural, a caridade, as dádivas e esmolas, para conquistar que todos os trabalhadores trabalhem, com salários que possam viver como humanos, para ter acesso à educação, a casa e à saúde, devemos acabar com este sistema que provoca a miséria, a fome, a desnutrição, o desemprego de milhões de famílias. Nenhum politiquês, burocrata e editor de jornais diz com toda clareza que a enorme concentração de riqueza e a propriedade privada dos meios de produção devem ser liquidadas para acabar com a pobreza. Todos eles querem fazer crer que é possível reformar o capitalismo em decomposição.

Extraído do Jornal Massas 228, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina

limitados em sua política de expansão militar unilateral, que passou a ser mais e mais criticada pelas demais potências.

Obama foi e é o produto de vários fatores da crise econômica e política norte-americana. A fração do capital alinhada por detrás dos democratas estabeleceu como estratégia recuperar a capacidade de intervenção e não de retrocedê-la, como foi aventada por aqueles que propagandeiam um via pacifista. Assim, o unilateralismo de Bush é substituído pelo multilateralismo de Obama.

A recente reunião do G-20 serviu de tribuna para a nova orientação. Acordou com a França, Inglaterra e Alemanha o anúncio de que o Irã construía uma usina nuclear clandestina. Em setembro, venceu o ultimato dado pelos EUA ao governo iraniano de abrir “negociações” que ponham fim ao programa nuclear do País, que constem a proibição de armas nucleares e que sujeitem suas usinas às determinações das potências. Obama desfez o acordo com a Polônia e a República Checa, modificando o programa de mísseis. Em contrapartida, obteve da Rússia o apoio para pressionar o Irã para a capitulação. Caso contrário, os EUA, desta vez, contam com uma ampla aliança para esmagar economicamente o Irã ou mesmo atacá-lo militarmente, como pretende Israel.

A reunião do “sexteto”, de 1º de outubro, refletiu o cerco imperialista imposto ao governo de Mahmoud Ahmadinejad. Está aí o multilateralismo de Obama. Trata-se de congregar as potências econômicas e militares por detrás da estratégia do imperialismo ianque contra as semicolônias. Mas, quando não é necessário, o governo aplica o unilateralismo, como no caso de instalar bases militares na Colômbia. Quem é o Brasil, Argentina etc para serem consultados?

A crise mundial do capitalismo dá impulso às tendências bélicas do imperialismo, encarnadas principalmente pelos Estados Unidos. Não há como revertê-las ou convertê-las em pacifismo.

O proletariado mundial tem pela frente a tarefa de recuperar o terreno na luta de classe, perdido com o retrocesso das revoluções sociais e destruição de suas organizações revolucionárias. Frente ao capitalismo historicamente esgotado, à burguesia parasitária e à política de opressão imperialista, coloca-se a necessidade de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista, construindo em cada país suas seções e reconstruindo a IV Internacional.